



 2018



**Bank of the Year
Cape Verde 2018**
Bank of the Year Awards
The Banker

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS



Distinga-se!

ÍNDICE

1. Principais Indicadores	5	7. Recursos Humanos	29
2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	7	7.1. Distribuição por Vínculo Jurídico	30
3. Enquadramento da Comissão Executiva	9	7.2. Distribuição Funcional	30
4. Principais Referências	11	7.3. Distribuição por Género	30
4.1. Estrutura Accionista	12	7.4. Distribuição por Escalão Etário	30
4.2. Órgãos Sociais	13	7.5. Distribuição por Antiguidade	30
4.3. Marcos da Actividade	14	7.6. Distribuição por Escolaridade	31
4.4. Estratégia e Modelo de Negócio	16	7.7. Formação	31
4.5. Presença Geográfica e Canais	18	8. Responsabilidade Social	33
5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro	19	9. Análise Financeira	35
5.1. Contexto Internacional	20	9.1. Balanço	36
5.2. Situação Monetária e Financeira de Cabo Verde	21	9.2. Demonstração de Resultados	37
6. Principais Áreas de Negócio	23	10. Proposta de Aplicação de Resultados	39
6.1. Posicionamento Competitivo	24	11. Demonstrações Financeiras	41
6.2. Banca de Retalho	27	12. Notas às Demonstrações Financeiras	49
6.3. Banca Corporativa	27	13. Relatório de Auditoria e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	109
6.4. Crédito por Sector de Actividade	28		



1 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores em 31 de Dezembro	Milhares CVE			
	2018	2017	Valor	%
INDICADORES DO BALANÇO				
Activo Líquido	22 789 157	25 766 353	-2 977 196	-11,55%
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 488 467	2 663 292	-1 174 825	-44,11%
Aplicações em Instituições de Crédito	2 096 593	2 808 816	-712 223	-25,36%
Crédito a Clientes Líquido	17 518 413	17 544 940	-26 528	-0,15%
Crédito a clientes Bruto (Excluindo Juros e Comissões e Títulos da Dívida Pública)	14 708 578	15 073 070	-364 492	-2,42%
Crédito e juros vencidos	2 322 407	2 609 519	-287 113	-11,00%
Imparidade créditos Clientes	1 309 810	1 288 520	21 290	1,65%
Recursos de clientes (Excluindo Juros e outros débitos)	20 402 441	22 399 503	-1 997 062	-8,92%
Depósitos dos Clientes	20 402 441	22 399 503	-1 997 062	-8,92%
Capitais Próprios	1 926 826	1 809 037	117 788	6,51%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO				
Produto Bancário	1 088 901	936 939	151 962	16,22%
Resultado Antes de Impostos	167 172	56 247	110 925	197,21%
Resultado Líquido	165 826	54 284	111 543	205,48%
OUTROS INDICADORES				
Rentabilidade				
Resultado Líquido / Activo Líquido	0,68%	0,20%	0,48%	p.p
Resultado Líquido / Capitais Próprios Médio	8,88%	3,05%	5,83%	p.p
Solvabilidade e Transformação				
Capitais Próprios / Activos	8,46%	7,02%	1,43%	p.p
Rácio de Transformação (Crédito Bruto / Recursos dos Clientes)	72,09%	67,29%	4,80%	p.p
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	12,94%	15,76%	-2,82%	p.p
Qualidade dos Activos				
Crédito e juros vencidos / Crédito Bruto	15,79%	17,31%	-1,52%	p.p
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A" n.º 150/DSE/2009)	10,69%	12,05%	-1,36%	p.p
Imparidade do Crédito / Crédito Líquido	7,48%	7,34%	0,13%	p.p
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	56,40%	49,38%	7,02%	p.p
Produtividade e Eficiência				
Margem Complementar / Produto Bancário	19,61%	22,59%	-2,98%	p.p
Custos Estrutura / Produto Bancário	52,84%	66,96%	-14,13%	p.p
(Crédito+Depósitos) / n.º Empregados	267 048	275 479	-8 431	-3,06%
N.º de Empregados	142	145	-3	-2,07%
N.º de Agências	9	9	0	0,00%
Empregado por Agência	15,8	16,1	-0,3	-2,069%
(Créditos+Depósitos) / n.º Agências	4 213 428	4 438 272	-224 843	-5,07%



2

MENSAGEM DO
PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2018 o Banco completou o seu vigésimo exercício de actividade e em 2019 irá ocorrer o 20º aniversário da sua fundação. Ao longo das suas duas décadas de existência sempre apresentou resultados positivos. O Banco tem pois motivo para se orgulhar e congratular, e, em simultâneo sentir-se satisfeito por ter podido beneficiar dos contributos de muitos a quem é merecidamente devida uma especial e sincera palavra de agradecimento, em particular:

- os nossos clientes cujo número e intensidade de relacionamento tem vindo a crescer e cuja fidelidade é notória (alguns preferem-nos desde a fundação) e de quem depende a existência e sustentabilidade do Banco;
- os trabalhadores do Banco, pela dedicação e empenho, nomeadamente àqueles a quem têm vindo a ser colocados desafios e que têm sabido responder com entusiasmo e profissionalismo mesmo em circunstâncias adversas (alguns revelando talentos promissores);
- os accionistas (todos fundadores), pelo suporte e apoio, ao Banco e à gestão do Banco e pela reiterada confiança que no caso do nosso principal acionista, a Caixa Geral de Depósitos, se manifestou publicamente ao nos ter escolhido, de entre os dois Bancos a operar neste mercado e de que é acionista, para continuar a sua presença neste País;
- os demais órgãos sociais pelo bom relacionamento havido, designadamente ao Conselho Fiscal que, após a nomeação do seu novo Presidente, Dr. José Nunes Liberato e do seu novo ROC, Dr. José Mário Sousa, tem acompanhado, mais participativamente e com maior proximidade, os trabalhos do Conselho de Administração;
- as entidades auditoras e supervisoras, pela profícua interacção e sugestões.

No mais auspicioso dos anos de mandato deste Conselho de Administração que, em 2018, passou a integrar dois novos membros, não quero nem posso deixar de dirigir uma palavra a todos os meus colegas, em especial àqueles que me acompanham desde o início e que com determinação e persistência contribuíram decisivamente para nunca nos afastarmos dos objectivos traçados mantendo uma sã amizade e uma

enriquecedora convivência profissionais.

Para o decurso da actividade do Banco em 2018 contribuíram, ainda, diversos outros factores, com destaque, para:

- A situação da economia, quer nacional quer internacional, que, malgrado a manutenção dum elevado grau de incerteza e nível de risco, registou uma evolução favorável, em particular numa dinâmica positiva das intenções de investimento, por parte de investidores estrangeiros, nos sectores do turismo e imobiliário, embora quase sempre de difícil e lenta concretização.
- A situação do sistema financeiro, no quadro duma regulação e supervisão cada vez mais exigentes e interventivas, que acompanhou a evolução da economia registando um crescimento, embora moderado, do volume (clientes) e qualidade (margens) do negócio e do ritmo de requalificação (npl) dos activos.

A gestão do Banco procurou, nesse contexto, consolidar os resultados que vinha obtendo naqueles que definiu, desde 2014, como eixos cruciais de actuação: recuperar a rentabilidade (de exploração e do capital), melhorar a qualidade dos activos (incrementando os que geram fundos e diminuindo os outros), qualificar os recursos (em particular os recursos humanos).

A actividade desenvolvida e os resultados alcançados, detalhadamente expressos no Relatório e Contas, com destaque para o aumento da margem financeira e rentabilidade do capital e para a redução de vencidos e aumento da respectiva cobertura, testemunham não só a consolidação duma situação mais robusta mas também um desempenho cada vez mais eficiente e eficaz e, bem assim, uma situação que permitirá à Instituição, com muito menores constrangimentos e vulnerabilidades, acolher futuras novas estratégias.

Por tudo isto não posso terminar senão convidando e incentivando todos os que têm contribuído para o êxito do Banco a continuar a fazê-lo.

Alfredo Antas Teles
Presidente do Conselho de Administração



3 ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2018 viu uma melhoria significativa nos principais indicadores económicos e financeiros, permitindo ao Banco Interatlântico, S. A. atingir um resultado líquido de c. de CVE 166 mil, fruto do esforço colectivo da Organização, reflectindo o aprofundamento das iniciativas estratégicas decorrentes dos três vectores de actuação definidos pelo Banco no ano de 2014: 1) melhoria da rentabilidade; 2) mitigação dos riscos e 3) qualificação dos recursos (humanos e tecnológicos). Destacamos as seguintes evoluções face ao ano de 2017:

- Redução do crédito em incumprimento em 11%;
- Aumento do rácio de transformação em 4,8 p.p;
- Melhoria da margem financeira em 20,70%;
- Redução do *cost-to-income* em 14 p.p;
- Melhoria da rentabilidade dos capitais próprios em 5,83 p.p;
- Aumento da cobertura do crédito vencido por imparidades em 7,02 p.p, fixando-se 56,4%.

O Banco tem-se dedicado à melhoria da sua *performance*, adequando a rentabilidade dos produtos e serviços aos riscos assumidos, tornando o modelo de gestão dos riscos mais robusto, reforçando mecanismos para a diminuição dos créditos em incumprimento, capacitando os seus recursos humanos e melhorando os recursos tecnológicos de modo a melhorar a sua eficiência operacional e comercial e, consequentemente, melhorar as ofertas dos produtos e serviços prestados aos seus

clientes.

Em 2018, o Banco Interatlântico foi distinguido com dois prémios internacionais, que reconhecem os resultados que têm sido alcançados:

- Prémio do Melhor Banco Comercial Cabo Verde 2018, pela Revista *Global Banking & Finance Review*;
- Prémio de Melhor Banco do Ano em Cabo Verde 2018, atribuído pela Revista *The Banker*, a mais prestigiada revista internacional da especialidade, na sua cerimónia de prémios *The Banker Bank of the Year Awards*, que decorreu no dia 30 de Novembro de 2018.

Tal como nos anos anteriores, mantivemos a nossa responsabilidade social e cultural, com o apoio a projectos e instituições sem fins lucrativos, importantes para o país, bem como o apoio a jovens talentos nacionais nas diferentes artes.

Uma palavra de apreço para os colaboradores do Banco, sujeitos a elevada pressão e responsabilidade, sem os quais não seriam possíveis os resultados já alcançados.

Reconhecemos também, com apreço, o profissionalismo e exigência das autoridades de supervisão e o apoio dado pelos nossos accionistas, que muito têm auxiliado o Banco a melhorar.

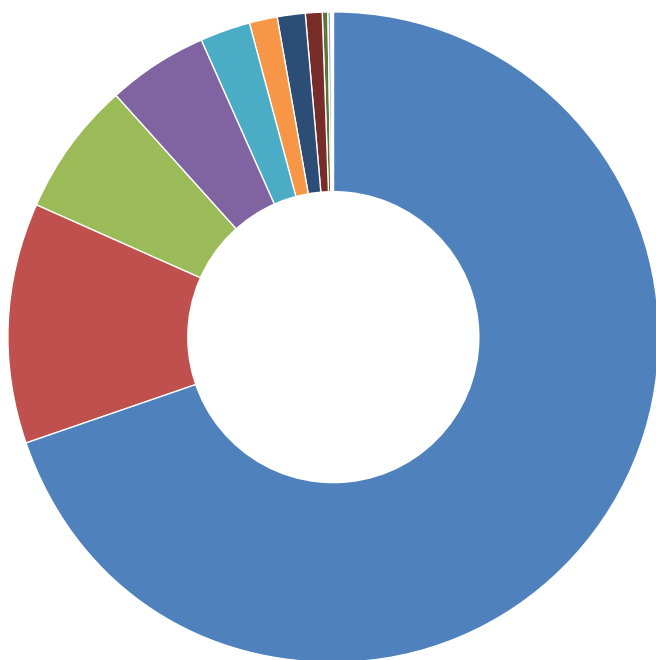
A nossa última palavra de agradecimento vai para os nossos clientes, razão de ser desta Instituição, pela preferência que nos dão e pelas sugestões de melhoria que, continuamente, procuramos implementar, visando manter e melhorar este Banco como a Instituição bancária de referência em Cabo Verde.

A Comissão Executiva



4 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

4.1. ESTRUTURA ACCIONISTA



NOME DO ACCIONISTA	%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	11,69%
ADEGA, SA	6,73%
RUI AUGUSTO TAVARES MOREIRA ALMEIDA PINTO	5,09%
PEDRO JOSÉ SAPINHO RODRIGUES PIRES	2,41%
DAVID HOPFFER ALMADA	1,58%
TEREZA JESUS TEIXEIRA B.AMADO	1,24%
FRANCISCO BARBOSA AMADO	0,84%
MÁRIO JORGE MENEZES	0,39%
RACAN, Lda.	0,04%

4.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

David Hopffer Cordeiro Almada

Secretários

Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado

Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

CA - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Alfredo Manuel Antas Teles

Vice-Presidente

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Vogais

Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares

Manuel Fernando Monteiro Pinto

João Carlos Aguiar Cristóvão

Jorge Fernando Gonçalves Alves

Elsa Helena Lopes Tavares

CE - COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares

Membros

Manuel Fernando Monteiro Pinto

João Carlos Aguiar Cristóvão

CF - CONSELHO FISCAL

Presidente

José Manuel Nunes Liberato

Vogais Efectivos

José Mário de Sousa

Jaqueline Vieira Ramos Canuto

Vogal Suplente

Carlos Alberto Rodrigues

AUDITOR EXTERNO

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

4.3. MARCOS DA ACTIVIDADE





4.4. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O Banco Interatlântico (BI) conseguiu alcançar com sucesso um dos principais objectivos estratégicos traçados, a melhoria dos seus níveis de rentabilidade, ao obter um resultado líquido de c. CVE 166 mil. Merecem destaque a evolução dos seguintes elementos:

- A evolução positiva da margem financeira (+ 20,7%, + 150 milhões de escudos);
- O crescimento de 14% dos rendimentos de serviços e comissões em comparação com 2017;
- O crescimento significativo do produto bancário (+ 16%, + 147 milhões de escudos);
- A redução dos custos de estrutura (-8,3%, -52 milhões de escudos).

INTERVENÇÃO COMERCIAL

A actividade comercial do Banco foi desenvolvida a partir das seguintes linhas orientadoras:

- Captar novos clientes, fidelizar e incrementar o negócio com os melhores clientes;
- Melhorar o tempo de resposta ao cliente e o nível de satisfação;
- Melhorar a gestão do crédito, com foco na qualidade da carteira e na prevenção e combate ao crédito em incumprimento.

Merecem destaque os seguintes acontecimentos:

- Maior facilidade e rapidez nos processos de Crédito ao Consumo, com a simplificação dos procedimentos e suportes de contratação e que impulsionou a dinâmica do crédito a particulares;
- Reforço do apoio dos serviços de suporte ao negócio na gestão das carteiras de crédito, em particular do vencido e gestão do pessoal;
- Melhoria do *workflow* de crédito permitindo diminuir o tempo de resposta ao cliente;

- Melhorias na captação de crédito a Particulares, designadamente através de abordagens de negócio cruzado com clientes empresas, potenciando a domiciliação de salários dos colaboradores;
- Revisão das abordagens de *pricing* aos segmentos-alvo;
- Melhorias na qualidade da base de dados de clientes através da constituição de um grupo de trabalho destacado para o efeito.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Ao nível das tecnologias de informação, o Banco realizou um conjunto de iniciativas de forma a reduzir custos, melhorar os níveis de serviço prestados aos clientes e responder a exigências corporativas e regulamentares com maior segurança e eficiência.

As principais iniciativas a este nível consistiram no seguinte:

- Instalação em todas as unidades e serviços centrais de multifunções iguais, o que veio reduzir imenso o custo com consumíveis;
- Finalização do projecto da APP do BI cujo lançamento se prevê no início de 2019;
- Instalação em produção da *framework* FATCA e da solução de DCS/AML *Profiling* da *Dixtior*, de KYC;
- *Upgrade* de *irmwares* dos servidores físicos e aumento do espaço em disco, com a instalação de nova *pool* de discos;
- Implementação do projeto RIIG, Fase I;
- Implementação do projeto IFRS 9, bem como da solução de imparidade *Live*, com a criação de novos servidores para o efeito;
- Início do projeto de automatização de mapas de reportes externos;
- Início do desenvolvimento de uma plataforma de comunicação interna com o gabinete de tecnologia.

ORGANIZAÇÃO E NORMAS

As funções de controlo interno têm registado significativas reestruturações, em particular a função de gestão dos riscos e a auditoria interna, com um impacto abrangente na organização, de forma a assegurar um maior alinhamento às melhores práticas do mercado e corporativas. No caso do *Compliance*, as alterações não foram tão profundas, uma vez que a função já possui uma orientação corporativa desde a sua constituição.

Destacam-se os principais acontecimentos ocorridos neste âmbito:

- Implementação do modelo de apetência e gestão de risco acomodando o modelo corporativo, com enfoque nas seguintes actividades:
 - Reestruturação interna do Gabinete com a separação das funções de Gestão de Riscos das de Risco de Crédito em dois gabinetes distintos.
 - Conclusão da Implementação da IFRS9;
 - Implementação do projeto RIIG;
 - Produção de reportes de apoio à gestão adaptados à definição de NPE e de *Default*;
 - Desenvolvimento dos planos de acção relacionados com as deficiências no âmbito do RSCI;
 - Desenvolvimento dos planos de acção relacionados com os *Gap Assessment* das Políticas de Gestão de Risco;
 - Monitorização e acompanhamento da gestão do risco.
- Aprovação de um conjunto de normativos que visam actualizar procedimentos e definir conceitos com enfoque na melhoria do controlo interno e mitigação do risco;
- Qualificação dos recursos humanos através de formações internas e externas nas áreas de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance*;
- No âmbito da harmonização da função de Auditoria Interna no Grupo CGD iniciou-se o Programa *Quality Assurance & Improvement Program* (QA&IP) e foram desencadeadas várias medidas, tais como a operacionalização da Comissão de Auditoria, *Compliance* e Conflitos de Interesse.

Face a uma maior integração das políticas corporativas do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) nas práticas do BI, foram aprovados os seguintes normativos corporativos:

- Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares;
- Regulamento interno da função de auditoria;
- Indicadores de Risco;
- Apetência pelo Risco;
- Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses da CGD;
- Política Corporativa de Prevenção e Segurança Física e Ambiental;
- IFRS 9 - Política Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros;
- Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito (PARC);
- Política e Modelo de Governo – Imparidade;
- Manual de Gestão do Risco de Mercado;
- Modelo de Governação para o Risco Operacional;
- Risco de Crédito - Empresas e Institucionais;
- Plano de Recuperação;
- Prevenção do branqueamento de capitais - risco país/jurisdição.

4.5. PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAIS

No final de 2018, a rede comercial do BI abrangia 9 agências nas principais ilhas do arquipélago, 1 gabinete de empresas, 1 gabinete de particulares e uma unidade de clientes especiais.

Para além das agências com atendimento presencial, o BI dispõe de canais de atendimento à distância, o *Internet Banking (Bln@net)* e uma rede de *ATM's*, bem como de um serviço de apoio ao cliente.



Figura 1 – Presença geográfica do BI em Cabo Verde

O Banco registou um crescimento de *TPA's* de 8% face ao ano anterior, mantendo a terceira posição com uma quota de mercado de 16%. Em relação ao parque de *ATM's*, o BI detém 21% da rede nacional, com um total de 40 *ATM's* espalhadas pelas ilhas em que possui balcões.

O *Bln@net* manteve a tendência de crescimento (+10%), com um total de 18.230

clientes com contratos activos, dos quais 15.274 particulares e 2.956 empresas e equiparadas, o que representa uma cobertura de 54% do total de clientes activos.

A evolução dos cartões esteve alinhada com o crescimento dos clientes activos no *Bln@net*, os quais cresceram 7% relativamente ao ano anterior.

O número de transações nos canais não presenciais cresceu 17% comparativamente ao ano anterior, o que se traduz numa subida de 3 p.p em relação ao período homólogo. Destacam-se os incrementos verificados nas transações de transferências internas e para *OIC's*, bem como, no caso do *Bln@net*, nos pagamentos de serviços, e carregamento de telemóveis.

Tipo Transacção	Bln@net			Rede Vinti4			Mobile		
	Dez/17	Dez/18	Δ	Dez/17	Dez/18	Δ	Dez/17	Dez/18	Δ
Consulta Movimentos	864.989	945.377	9%	83.125	125.891	51%	102	116	14%
Consulta Contas Ordem	109.624	81.082	-26%	263.814	399.646	51%	4.147	2.639	-36%
Pedido Cheques	63	47	-25%	86	105	22%	5	2	-60%
*Transferência Interna	70.199	96.501	37%	0	0	0%	0	0	0%
*Transferência p/ OIC	28.843	29.889	4%	5506	8.239	50%	175	181	3%
Pagamento de Serviços	3.354	6.187	84%	8.041	2.936	-63%	3	11	267%
Carregamento Telemóveis	24.355	29.368	21%	39.975	32.527	-19%	8.808	5.904	-33%
Total	1.101.427	1.188.451	8%	400.547	569.344	42%	13.240	8.853	-33%

* em relação a *ATM's* todas as transferências são classificadas como Transferências p/ *OIC*

Figura 2 – Utilização do *Bln@net* em comparação com a Rede Vinti4 e com a rede Mobile, consoante o tipo de transacção



5 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

5.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

As *performances*, no primeiro semestre do ano, das economias parceiras do país, sugerem que o enquadramento externo da economia nacional permanece favorável, pese embora o aumento significativo do preço do petróleo nos mercados internacionais.

A economia do principal parceiro do país, a Área do Euro, registou crescimentos homólogos de 2,4 e 2,1 por cento no primeiro e segundo trimestres do ano, largamente determinados pelos contributos positivos, das exportações, dos investimentos (residenciais e empresariais) e do consumo privado.

A maior economia do mundo, os EUA, por seu turno, manteve a dinâmica de revitalização, depois de ter registado crescimentos em volume de 2,6 e 2,9 por cento, respetivamente, no primeiro e segundo trimestres do ano, impulsionados pelos desempenhos dos investimentos, das exportações e do consumo privado.

Entre os principais países parceiros do país, o Reino Unido apresentou, no semestre, a mais fraca *performance*, reflexo, sobretudo, do processo (e dos impasses na negociação com a Comissão Europeia) para a efetivação do *Brexit*.

INDICADORES INTERNACIONAIS

WORLD ECONOMIC OUTLOOK

	Crescimento Real do PIB em %				
	2015	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P
Produto Mundial	3,5	3,3	3,7	3,7	3,7
Economias Avançadas	2,3	1,7	2,3	2,4	2,1
EUA	2,9	1,6	2,2	2,9	2,5
Área do Euro	2,1	1,9	2,4	2,0	1,9
Alemanha	1,5	2,2	2,5	1,9	1,9
França	1,0	1,1	2,3	1,6	1,6
Itália	1,0	0,9	1,5	1,2	1,0
Espanha	3,5	3,2	3,0	2,7	2,2
Japão	1,4	1,0	1,7	1,1	0,9
Reino Unido	2,3	1,8	1,7	1,4	1,5
Canadá	1,0	1,4	3,0	2,1	2,0
Economias Emergentes / Desenvolvimento	4,3	4,4	4,7	4,7	4,7
Brasil	-3,5	-3,5	1,0	1,4	2,4
Rússia	-2,5	-0,2	1,5	1,7	1,8
Índia	8,2	7,1	6,7	7,3	7,4
China	6,9	6,7	6,9	6,6	6,2
África Subsariana	3,3	1,4	2,7	3,1	3,8

P - *Projeções*

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

EVOLUÇÃO GLOBAL

A tendência de melhoria da economia cabo-verdiana manteve-se em 2018, com o crescimento do PIB em 2017 a atingir 4% e uma projecção de crescimento para 2018 de 4,3%, impulsionado pela retoma no sector do turismo, pelo aumento do Investimento e pelas remessas dos emigrantes. A diversificação da economia continua a ser uma prioridade para assegurar o crescimento sustentável a longo prazo. Em termos de composição do PIB, os serviços representam 70%, dos quais 20% advêm do sector do turismo.

A economia beneficiou do crescimento contido das pressões inflacionistas, sobretudo importadas, assim como do fortalecimento da confiança dos agentes económicos, que favoreceram a procura e as condições (internas) do seu financiamento.

A taxa de inflação acumulada em 2018 foi de 1,7% e está projetada aumentar para c. 2% em 2019.

Apesar do fraco crescimento na Europa, as remessas (que representaram 10% do PIB em 2017) deverão continuar a aumentar, contribuindo para o crescimento económico.

Para o melhor desempenho da economia tiveram influência os contributos positivos das exportações líquidas, em resultado da forte recuperação das exportações de mercadorias e do sólido crescimento das exportações de viagens, bem como dos investimentos. Em termos nominais, as exportações de pescado e de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais cresceram cerca de 45% no primeiro semestre, depois de terem aumentado 8% no período homólogo, contribuindo, a par das exportações de serviços (que cresceram cerca de 13%), para compensar o crescimento das importações de bens e serviços (em 9,3%).

A melhoria das contas externas refletiu-se no montante acumulado das reservas externas, que a 30 de Junho de 2018 permitia cobrir cerca de 5,8 meses de importações de bens e serviços.

O Governo tem investido na consolidação fiscal, de forma a conter a tendência de crescimento da dívida pública, através da mobilização de recursos internos, do aumento da eficiência do serviço público, do aumento da formalização da economia e dos seus agentes e da redução da dívida das empresas públicas. O *deficit* orçamental atingiu 4,1% em 2017 e está projetado para 4,4% em 2018.

No quadro seguinte, apresentam-se os principais indicadores nacionais extraídos do relatório do *International Monetary Fund*.

INDICADORES NACIONAIS

	2015a	2016b	2017b	2018b
PIB a preços de Mercado (CVE bn)	158,7	163,4	171,8	181,6
PIB (Em milhões de US \$)	1,597	1,640	1,728	1,869
Crescimento real do PIB (%)	1,0	4,7	4,0	4,3
Inflação dos preços ao consumidor (Média; em%)	-0,5	-0,2	1	1,7
População (milhares)	525	531	538	545
Exportações de Bens (Em %)	-17,1	5,7	-4,7	4,1
Importação de Bens (Em %)	-21,9	19,2	-0,3	7,1
Saldo da Balança Corrente (Em milhões de US \$)	-0,079	-0,061	-0,105	-0,113
Reservas Cambiais excl Ouro (Em % do PIB)	33,7	33,3	33,8	35,6
Taxa de Câmbio USD/CVE (Média)	99,4	99,7	97,9	89,20

a. Actual b. Estimativa

Fonte: *International Monetary Fund – World Economic Outlook Database, Outubro/2018*

5.2. SITUAÇÃO MONETÁRIA E FINANCEIRA DE CABO VERDE

O agregado monetário M2 (massa monetária) cresceu 7,2% em termos homólogos em Agosto de 2018 (1,3% face a Dezembro de 2017), em larga medida, traduzindo o aumento do crédito à economia (em 6,6%) e a recuperação das reservas internacionais líquidas do País (que passaram a crescer 4%, depois de terem registado uma queda 4,3% em 2017).

O crédito interno líquido, por seu turno, cresceu 6,3% em termos homólogos (2,3% face a Dezembro), impulsionado principalmente pela dinâmica do crédito à economia.

Em termos de componentes, a expansão monetária traduziu-se, predominantemente, no aumento dos depósitos à ordem em moeda nacional (cresceram 18% até Agosto, depois de terem crescido 20,8% em 2017), o que estará associado ao contínuo

fortalecimento da procura agregada e à crescente utilização de meios eletrónicos de pagamentos.

De registar que, ao longo dos primeiros oito meses do ano, as taxas passivas (que remuneram os depósitos, inclusivamente os dos emigrantes) mantiveram uma tendência consistente de queda, ao contrário das ativas (que remuneram os empréstimos). A 31 de Agosto a taxa média efetiva dos empréstimos fixava-se em 10,49% (9,68% em Dezembro de 2017), enquanto a taxa média efetiva dos depósitos em 2,02 por cento (2,17 por cento em Dezembro).

O sólido aumento dos depósitos, principal *funding* dos bancos nacionais, continuou a garantir condições apropriadas para o financiamento da economia.

No contexto da liberalização plena da balança de capitais e operações financeiras e de pressões inflacionistas contidas, o Banco de Cabo Verde prosseguiu a sua política de salvaguarda da credibilidade do *peg* unilateral do escudo ao euro.

A autoridade monetária deverá manter-se atenta à eventual materialização de riscos, ainda que remotos, à evolução das reservas internacionais do país, em função da publicação do Decreto-Legislativo n.º 3/2018 de 22 de junho, que liberaliza as operações cambiais no país e todas as transações económicas e financeiras do País com o exterior, bem como à tendência de evolução das remessas e depósitos dos emigrantes que constituem, respetivamente, uma fonte importante de acumulação de reservas externas e de financiamento dos bancos nacionais, num cenário de *phasing out* da política monetária extraordinariamente acomodatória do Banco Central Europeu e de normalização das taxas de juro nos EUA.

Abaixo apresentam-se as principais taxas de referência fixadas durante o ano de 2018.

	%
Taxa Diretora	1,50%
Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez	4,50%
Taxa de Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez	0,10%
Taxa de Redesconto	5,50%

Fonte: Banco de Cabo Verde - Relatório Política Monetária BCV, Out/2018



6 PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO

6.1. POSICIONAMENTO COMPETITIVO

Em 31 de Dezembro de 2018, a quota do mercado do Banco Interatlântico, em termos de volume de negócios, situou-se nos 10,95%, registando uma diminuição de 0,99 p.p face ao período homólogo, justificada, essencialmente, pela redução em 9% dos recursos dos clientes, consequência da estratégia adoptada em 2014 para a redução das taxas passivas, e pela redução em c. de 2% do total do crédito bruto, resultado da elevada taxa de amortização da carteira registada em 2018 e da redução de 11% do crédito vencido, apesar do aumento considerável do crédito concedido no ano.

Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

Volume de Negócios	Dez-17	Dez-18	Dez. 18 - Dez. 17	
			Valor	%
Sistema	311.471	318.058	6.587	2,11%
BI	37.194	34.821	-2.374	-6,38%
Quota Mercado	11,94%	10,95%	-0,99%	-0,99 pp

Fonte: Banco de Cabo Verde Setembro 2018 - Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Dívida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas)

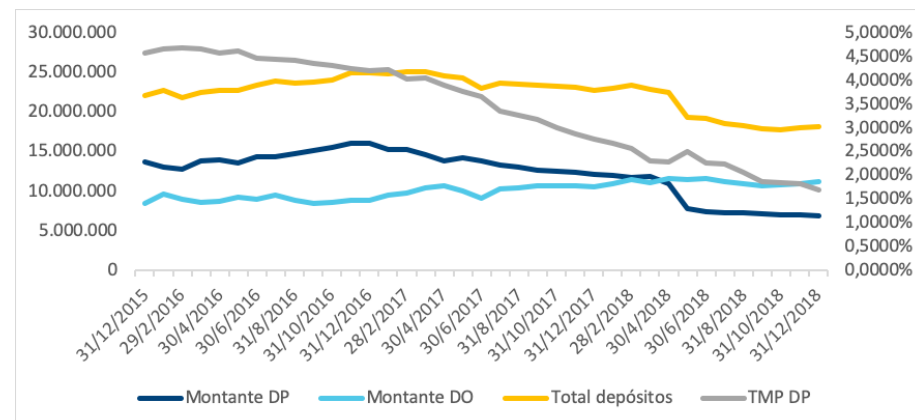
Posição do BI Dezembro 2018/Posição do BCV Setembro 2018

Nos dois últimos anos, o total dos depósitos registou variações anuais negativas, contrariando a tendência do mercado, justificadas pela redução das taxas passivas oferecidas pelo Banco, com maior impacto nos depósitos a prazo e cuja aplicação aos depósitos a prazo ficou concluída em 2018, não se estimando variações adicionais sensíveis em 2019, pelo efeito preço.

A taxa de remuneração dos depósitos não à ordem passou de 4,92% em Dezembro de 2014 para 2,77% em Dezembro de 2017, e em Dezembro de 2018 encontrava-se nos 1,69%, impulsionando desta forma que o total da carteira passasse de 3,23% em Dezembro de 2014 para 1,48% em Dezembro de 2017 e 0,73% em Dezembro de 2018.

¹ Crédito líquido / Depósitos, sem títulos.

EVOLUÇÃO DEPÓSITOS E TMP DE 2015 A 2018



O rácio de transformação do Banco situou-se em 64,15%¹ em 2018, um aumento de 4,72 p.p. face ao ano de 2017.

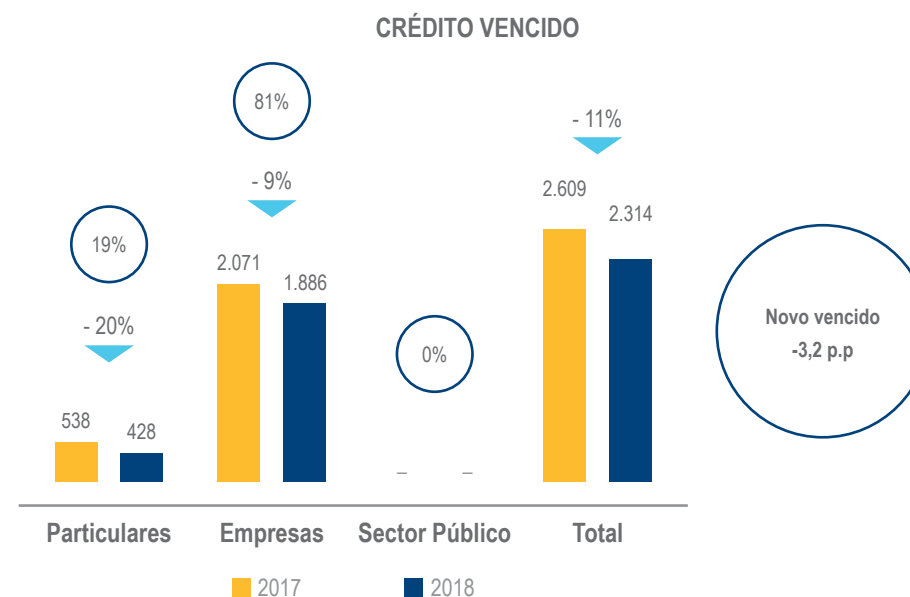
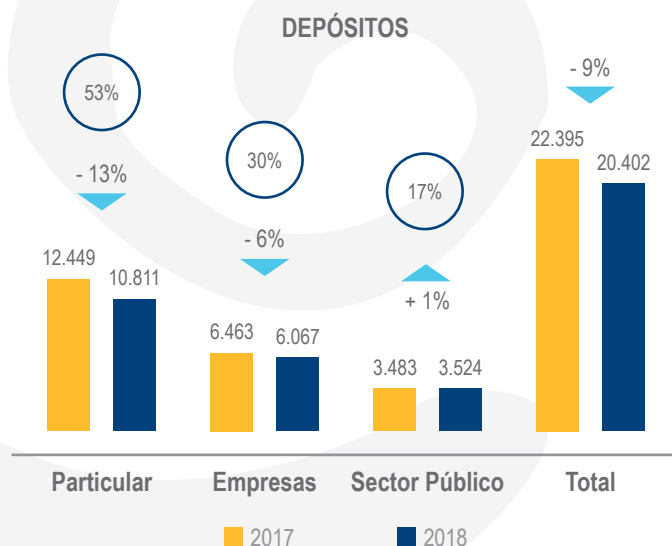
Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

Recursos dos Clientes	Dez-17	Dez-18	Dez. 18 - Dez. 17	
			Valor	%
Sistema	199.886	204.836	4.950	2,48%
BI	22.529	20.514	-2.015	-8,95%
Quota Mercado	11,27%	10,01%	-1,26%	-1,26 pp

Fonte: Banco de Cabo Verde Setembro 2018 -

Posição do BI Dezembro 2018/Posição do BCV Setembro 2018

A revisão no preçário impulsionou a alteração da estrutura dos depósitos do Banco. Em 2018, pela 1ª vez, os depósitos à ordem representavam uma parcela maior dos depósitos face aos depósitos a prazo: 47% em Dezembro de 2017 e 55% em Dezembro de 2018.



Relativamente ao crédito bruto, o Banco alcançou uma quota de mercado de 12,64%, registando uma diminuição de 0,5 p.p face ao período homólogo, justificada pelas amortizações da carteira superiores ao ano anterior em 40% e pela regularização do vencido em 11%, superando o efeito do aumento de crédito concedido no ano de 16,5%.

O volume de novo crédito concedido em 2018 situou-se em CVE 6.313 milhões, representando um aumento de 16,5% de crédito novo face ao ano anterior, com o segmento habitação e habitação rendimento a registar o maior aumento face ao volume de crédito novo de 2017: +82%.

O segmento empresas continuou a ser o segmento com maior volume do crédito concedido, representando 57% do total de crédito novo e registando um aumento de volume concedido face a 2017 de 11%.

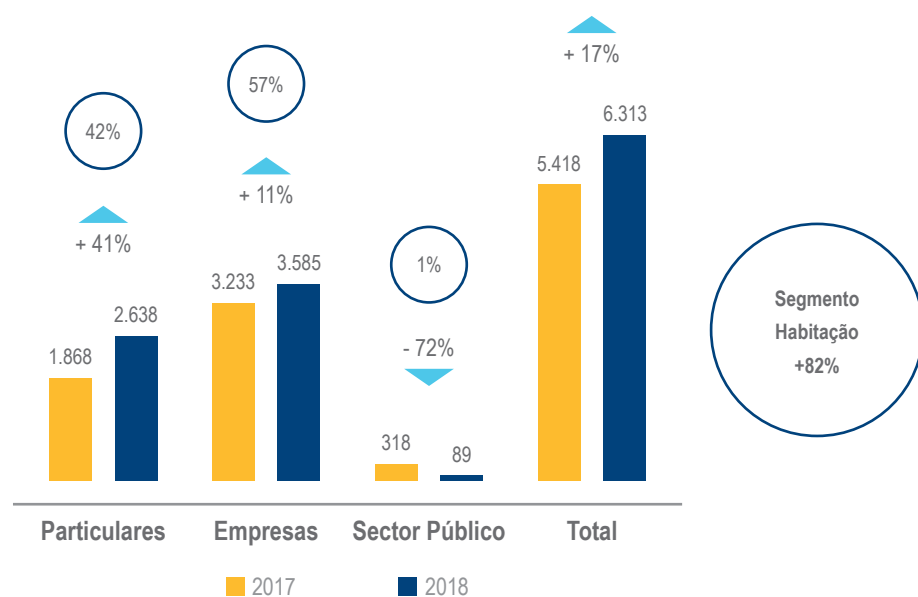
Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

Crédito Bruto	Dez-17	Dez-18	Dez. 18 - Dez. 17	
			Valor	%
Sistema	111.584	113.222	1.638	1,47%
BI	14.697	14.340	-325	-2,43%
Quota Mercado	13,17%	12,66%	-0,51%	-0,51 pp

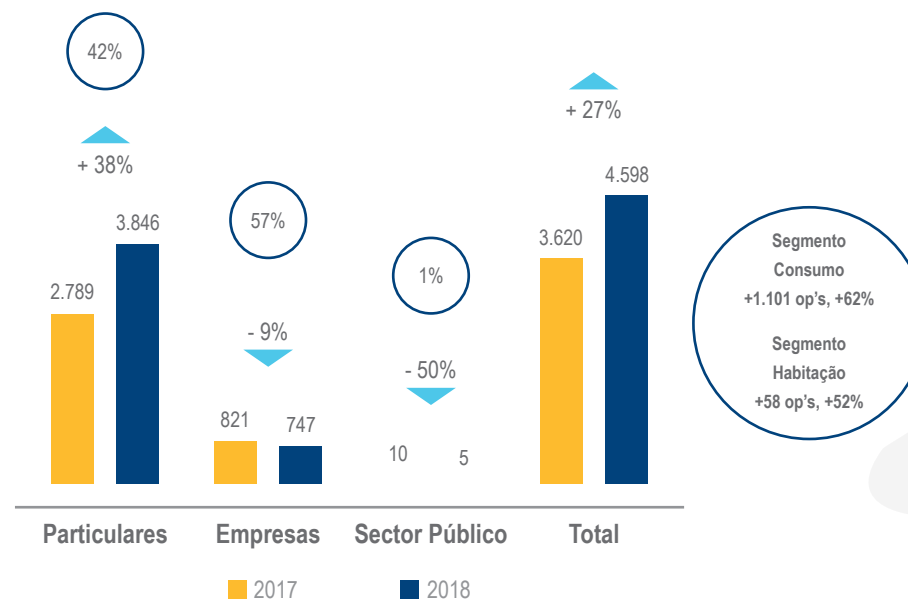
Fonte: Banco de Cabo Verde Setembro 2018 - Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Dívida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas)

Posição do BI Dezembro 2018/Posição do BCV Setembro 2018

VOLUME DO NOVO CRÉDITO CONCEDIDO NO ANO

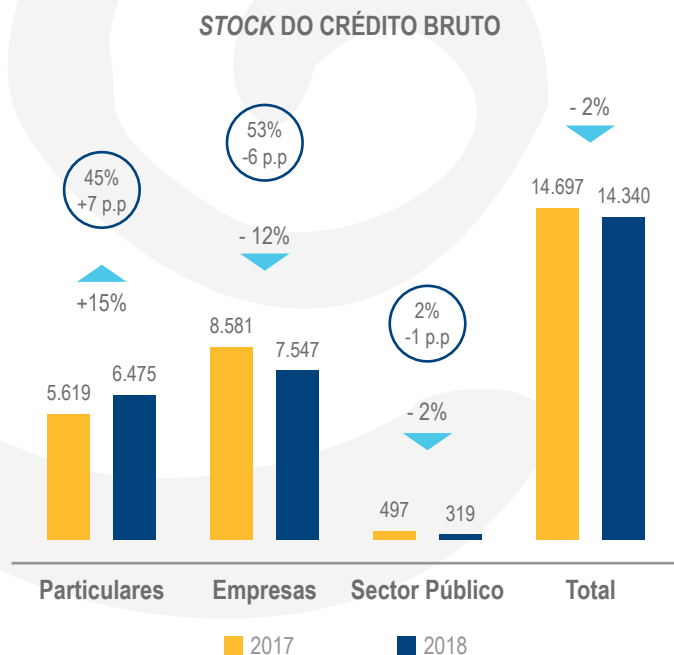


Nº DE OPERAÇÕES CONTRATADAS NO ANO



Em termos de número de operações contratadas no ano (excluindo as renovações das contas em utilização), foram contratadas 4.598 novas operações, representando um aumento de 27% face ao período homólogo, impulsionado pelo segmento dos particulares e pequenos negócios.

Regista-se o aumento significativo do crédito concedido à economia, tanto a nível do volume como em termos de novas operações contratadas. O segmento empresas continua a representar, em termos de volume, a maior parte da carteira, tanto a nível do crédito novo como do *stock*. Em termos de evolução, o segmento de particulares e pequenos negócios registou uma evolução percentual superior, com maior incidência no crédito à habitação e habitação rendimento, fruto também da melhoria do *cross-selling*, da fidelização dos clientes e dos protocolos com alguns grandes clientes e instituições.



6.2. BANCA DE RETALHO

O volume de negócios na banca de retalho situou-se nos CVE 12.288 milhões em Dezembro de 2018, registando uma diminuição de 4% face ao período homólogo, justificada pela diminuição dos depósitos em CVE 1.642 milhões, superior ao aumento registado no crédito (+15%, CVE +856 milhões). O crescimento registado no crédito a particulares foi alavancado, principalmente, pelo crescimento do crédito à habitação e habitação rendimento (+21%).

Particulares e Pequenos Negócios	Dez-17	Dez-18	Dez. 18 - Dez. 17	
			Valor	%
Crédito	5.619	6.477	856	15,27%
Depósitos	12.453	10.811	-1.642	-13,19%
Volume de negócios	18.072	17.288	-784	-4,34%

Valores em CVE MIO

6.3. BANCA CORPORATIVA

O volume de negócios a empresas e equiparadas alcançou o montante de CVE 13.614 milhões em Dezembro de 2018, representando uma diminuição de *stock* de 9,5% face ao período homólogo, justificada, pela redução de exposições em incumprimento (-11%), pela diminuição da carteira de crédito normal originada por uma amortização de crédito excepcional (amortizações parciais e liquidações antecipadas de 3 clientes representaram 81% da variação líquida registada) superando o efeito do aumento do novo crédito.

Banca Corporativa	Dez-17	Dez-18	Dez. 18 - Dez. 17	
			Valor	%
Crédito	8.581	7.547	(1.034)	-12,05%
Depósitos	6.463	6.067	(396)	-6,13%
Volume de negócios	15.044	13.614	(1.430)	-9,5%

Valores em CVE MIO

6.4. CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

O sector das construções em conjunto com as actividades imobiliárias e equiparadas continuaram a representar a maior parte da concentração da carteira de crédito do segmento das empresas, 42,5% em Dezembro de 2018, um aumento de 0,7 p.p face ao período homólogo.

O sector da produção e distribuição de electricidade, de água e gás registou o maior decréscimo, de -4,9 p.p, representando 6% do total do *stock* do crédito.

À excepção do segmento Outras Actividades, que registou um acréscimo em 8,2 p.p do peso do total do crédito, o ramo das actividades imobiliárias registou o maior acréscimo, de 3,7 p.p.

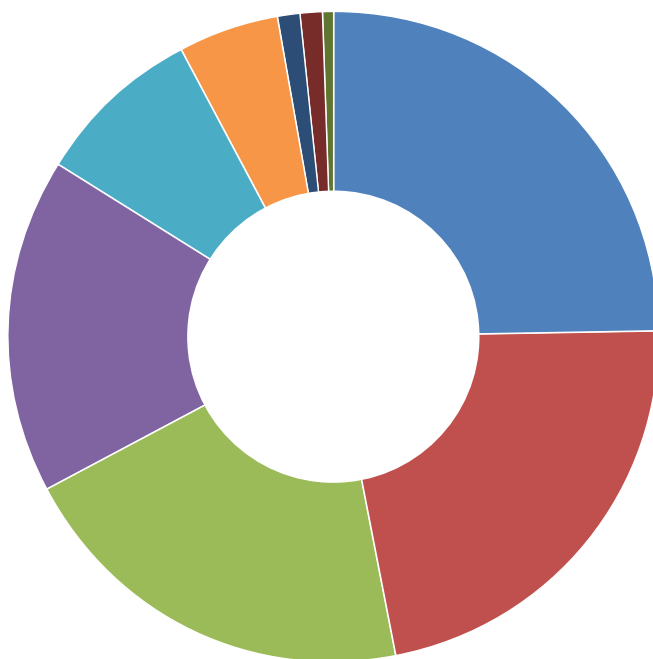


Figura 3 – Percentagem de crédito por sector de actividade

Comércio Restaurantes e Hotéis	24,94%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serv. Prest. Empresas	22,18%
Construção	20,28%
Outras actividades e Serv. Colectivos, Sociais e Pessoais	16,51%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	8,50%
Indústrias Transformadoras	4,91%
Saúde e Segurança Social	1,29%
Prod. e Distrib Eletric, Água e Gás	1,08%
Agricultura, Prod Animal, Caça, Silvicultura e Pesca	0,31%



7 RECURSOS HUMANOS

O Banco terminou o ano de 2018 com um quadro de pessoal de 142 elementos, uma diminuição de 03 pessoas em relação a 2017. Existem 3 quadros em comissão de serviço em Cabo Verde e com funções de Gestão.

7.1. DISTRIBUIÇÃO POR VÍNCULO JURÍDICO

Do total do quadro de pessoal, 133 são colaboradores e 09 estagiários profissionais. Do total de 133 colaboradores, 97 são efectivos (menos 04 comparativamente a 2017), 36 possuem contrato por tempo determinado (menos 05 em relação ao ano anterior).

7.2. DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL

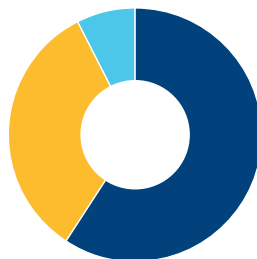
Em 2018, manteve-se a predominância da distribuição funcional na área comercial, com 76 colaboradores (57%). Destes, 18 desempenham cargos de chefia.

ÁREA COMERCIAL 57%



Órgão de Chefia 23%
Empregado Bancário 73%

SERVIÇOS CENTRAIS 43%



Empregado Bancário 64%
Órgão de Chefia 36%
Serviço de Apoio 8%

7.3. DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

O Banco conta com 67% de mulheres no seu quadro de pessoal. Dos 37 quadros de chefia, 26 são também mulheres (70%).



Mulheres 67%
Homens 33%

7.4. DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

A média de idades dos empregados é de 38 anos, com predominância na faixa etária entre os 31 e aos 40 anos.

7.5. DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

69% do quadro, num total de 92 colaboradores, têm antiguidade superior a 6 anos e, destes, metade com antiguidade superior a 10 anos.



> 6 anos 69%
< 6 anos 31%

7.6. DISTRIBUIÇÃO POR ESCOLARIDADE

56% dos Colaboradores têm formação superior, 5% o Bacharelato, 37% o ensino secundário e 2% o ensino básico.



7.7. FORMAÇÃO

Foram realizadas 29 ações de formação, sendo 6 delas ministradas pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), 3 pelo Banco de Cabo Verde (BCV), 4 pelo Instituto de Formação Bancária (IFB) e 3 ministradas internamente. No cômputo geral estiveram envolvidos 129 Colaboradores, o que corresponde a 97% do total de colaboradores. De salientar que dos 129 formandos, 60 participaram em três ou mais formações.



8

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2018, o BI deu continuidade à sua política de apoio social, apoiando actividades de cariz social e em benefício da comunidade.

Neste sentido, o BI teve a oportunidade de apoiar as seguintes iniciativas:

DONATIVOS

- Aldeias Infantis SOS
- Fundação Padre Campos
- Jardim Mini *Black Panthers*
- Jardim Brincar e Crescer
- FICASE
- APIMUD

Associação Desportiva Recreativa do BI (donativo em espécie)

PATROCÍNIOS

- **Fundação EPIF (Escola de Preparação Integral de Futebol)** - Deslocação a Barcelona (Espanha) para participação no torneio “Mediterranean International Cup '18”
 - **Editora Jovem Tudo** - Edição do Livro Infantil Bilingue “Tufas, a Princesa Crioula – A Caixa das Desculpas”
 - **5al da Música** - Homenagem à Mulher Cabo-verdiana
 - **Exposição “O Futuro é das Crianças”** - Organização da exposição de pinturas dos artistas David e Luís Levy Lima, na Assembleia Nacional
 - **Casa das Bandeiras** - Organização da Festa Nhô San Filipe 2017
 - **Vera Duarte** - Edição e lançamento do Livro “A Reinvenção do Mar: Antologia Poética”
 - **Associação Académica da Praia** - Organização do Campeonato Nacional
 - **Embaixada de Portugal** - Organização da IX Edição da PORfesta
 - **AEFCV (Associação de Escolas de Futebol de Cabo Verde)** - Organização da Liga Play 2018/2019
 - **Centro Português das Fundações** - Organização do 12º Encontro das Fundações CPLP
 - **Escola de Dança da Nicole** - Deslocação a Macau (China) para participação no “Festival Juvenil Internacional de Dança 2018”
 - **Peça de teatro musical “ELAS – Uma viagem no feminino”** - Organização do evento, no Auditório Nacional na Praia
-



9 ANÁLISE FINANCEIRA

9.1. BALANÇO

O activo líquido do Banco situou-se nos CVE 22.789.157 mil em 31 de Dezembro de 2018, representando uma diminuição de CVE -2.977.196 mil (-11,55%) face ao período homólogo, justificado, essencialmente:

- i) Pela diminuição das disponibilidades e aplicações a curto prazo no Banco Central de Cabo Verde (CVE -1.553.111 mil, -35% VH), em consequência da diminuição dos depósitos totais (CVE -1.991.232 mil, -8,8% VH), motivada pela redução das taxas passivas em antecipação do mercado;
- ii) Pela diminuição da carteira do crédito não titulado líquido (CVE -364.492 mil, -2,42%), consequência do efeito conjugado da resolução de créditos não *performing* e de amortizações da carteira; e
- iii) Pelo aumento da carteira do crédito titulado (CVE +352.227 mil, +8%).

O crédito líquido a clientes, incluindo Títulos da Dívida Pública e Títulos de Empresas, ascendeu a CVE 17.518.413 mil, representando um crescimento líquido de 0,15% face ao período homólogo, resultado do efeito conjugado da curta maturidade média da carteira, de liquidações antecipadas de algumas operações de maior dimensão e da resolução de c. 11% do crédito em incumprimento da carteira.

Os títulos da dívida pública, representados exclusivamente por Obrigações do Tesouro ascenderam, a 31 de Dezembro de 2018, a CVE 4.147.338 mil, registando uma variação positiva de CVE 365.366 mil (+9,7%). A taxa de juro média foi de 4,96%. As obrigações emitidas pelas empresas atingiram o valor líquido de CVE 362.380 mil, registando uma variação negativa de 3,5%.

O crédito bruto não representado por valores mobiliários registou uma diminuição, em termos líquidos, de CVE 358.542 mil (-2,4%) face ao ano de 2017, fixando-se nos CVE 13.398.769 mil:

- O crédito *performing* do segmento Particulares cresceu 19,0%, com maior incidência no crédito à habitação, com um crescimento de 23,5%;
- O crédito *performing* do segmento Empresas diminuiu 13,0%, apesar do aumento em 9,8% do crédito concedido anual, devido à curta maturidade da carteira e

de liquidações antecipadas de algumas operações de maior dimensão;

- Resolução do crédito vencido em c. 11%, fixando-se nos CVE 2.318.042 mil, representando 15,79% do total do crédito, registando uma diminuição de 1,52 p.p.

As imparidades do crédito não titulado fixaram-se nos CVE 1.298.136 mil, calculadas em 2018 de acordo com o modelo de IFRS9, tendo-se registado um impacto de transacção de CVE 52.385 mil (aumento de imparidade via diminuição dos Capitais Próprios). A cobertura das imparidades pelo crédito vencido situou-se nos 56,40%, um aumento face a Dezembro de 2017 de 7,02 p.p.

Em termos líquidos, o crédito não representado por valores mobiliários registou uma diminuição de 2,8%, fixando nos CVE 13.398.769 mil.

Apesar da diminuição acentuada da carteira do crédito às Empresas e contrapondo o crescimento acelerado dos Particulares, à semelhança dos anos anteriores, a carteira de crédito manteve-se concentrada no segmento Empresas, com uma quota de 53%, menos 5 p.p que o ano anterior.

Os 50 maiores clientes do crédito representavam 41,0% do total da carteira, representando uma diminuição da concentração em 7,88 p.p face ao ano homólogo, e os 50 maiores clientes *Non-Performing Exposure* (NPE), representavam 96,3% do total carteira NPE.

Do lado do passivo, os recursos totais de clientes diminuíram CVE -2.015.289 mil (-8,9%) face a Dezembro de 2017, atingindo o montante de CVE 20.513.745 mil. Esta variação está essencialmente relacionada, por um lado, pelo aumento dos Depósitos à Ordem em +5,4% (CVE 566.874 mil) e, por outro, pela diminuição dos Depósitos a Prazo em 21,9% (CVE -2.571.284 mil). A evolução ocorrida deve-se à contínua revisão do preçário, consequência da estratégia direccionada para a redução das taxas passivas, antecipando os movimentos dos restantes *players* do mercado, com maior impacto nos depósitos a prazo. Registou-se uma variação da taxa média ponderada dos depósitos totais de 1,48% em Dezembro de 2017 para 0,73% em Dezembro de 2018, o que permitiu uma diminuição dos custos financeiros em 56,3% face ao período homólogo. Também a estrutura dos depósitos do Banco se alterou e em 2018, pela 1ª vez, os depósitos à ordem representavam uma parcela maior dos depósitos face aos

depósitos a prazo: 47% em Dezembro de 2017 e 55% em Dezembro de 2018.

À data de 31 de Dezembro de 2018, os 10 e os 50 maiores clientes representavam 30,0% e 42,2% respectivamente, do total dos depósitos do banco.

A gestão da liquidez que o Banco apresenta foi basicamente feita através de aplicações no BCV e em títulos do tesouro do Estado, tendo o Banco gerido o seu limite de exposição procurando maximizar a rentabilidade sem comprometer as disponibilidades para concessão de novas operações.

O rácio de transformação foi de 72,09% em Dezembro de 2018, um aumento de 4,8 p.p, justificado essencialmente pela diminuição dos depósitos.

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com uma percentagem de 12,94% com a integração de 100% do Resultado Líquido de 2018 em reservas.

9.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2018, a Margem Financeira alcançou o montante de CVE 875.412 mil, um aumento de CVE 150.124 mil (+20,7%), justificada essencialmente por:

- i) Diminuição dos custos financeiros em CVE 318.698 mil (-56,3%) face ao período homólogo, justificado, essencialmente, pela diminuição com os custos com depósitos a prazo que representaram 84,5% da variação, a não remuneração dos depósitos à ordem representaram 6% da variação e o vencimento das obrigações subordinadas representaram 5%.
- ii) Diminuição dos juros e rendimentos similares em CVE -168.575 mil (-13,05%), resultado da redução da recuperação dos juros vencidos face ao ano anterior (-72% da variação), da ligeira redução das taxas activas conjugada com o efeito da diminuição da carteira do crédito não titulado (40,4% da variação) e

a diminuição dos proveitos em aplicações em IC's (8% da variação) devido, essencialmente, à menor frequência de aplicações a curtos prazos no Banco Central aliado com a diminuição das taxas de remuneração (alteração da taxa *overnight* em Junho de 2017 de 0,25% para 0,1%).

Ao nível da Margem Complementar, registou-se um ligeiro aumento de 0,87% (CVE 1.832 mil) face ao mês de Dezembro de 2017, alcançando o montante de CVE 312. mil:

- i) As Comissões Líquidas registaram um decréscimo de 15,6% (CVE -16.985 mil), devido a encargos extraordinários relacionados com medidas para o cumprimento pontual de rácios prudenciais de capital, que penalizaram a evolução das comissões líquidas. Não considerando este efeito extraordinário, as comissões líquidas aumentaram 15% face ao ano de 2017.
- ii) Os outros custos e proveitos aumentaram em 20,95% (+20.275) devido a reclassificação da recuperação do crédito abatido; aumento dos proveitos relacionados alienação dos Outros activos; e diminuição da custódia das obrigações Subordinadas que venceram em julho de 2018.
- iii) O Produto Global da Actividade aumentou 16,2% (CVE +151.962 mil), alcançando o montante de CVE 1.088.901 mil, impulsionada, essencialmente, pelo crescimento da Margem Financeira.

Os custos de estrutura reduziram em CVE 52.082 mil (-8,3%) face ao incorrido em 2017, justificada, essencialmente, pela redução dos Gastos Gerais Administrativos em 17,2% (CVE -54.819 mil) e o aumento dos Custos com o Pessoal em CVE 4.708 mil (+1,8%).

O resultado bruto de exploração situou-se nos CVE 513.577 mil, um aumento de 65,9% (CVE+204.045 mil) face ao ano de 2017. As imparidades e provisões líquidas calculadas de acordo com a IFRS9 implementada no decorrer do ano alcançaram o montante de CVE 372.949 mil, consumindo cerca de 73% do resultado operacional e representando no ano uma maior constituição face ao ano anterior (+40%).

O resultado líquido em Dezembro de 2018 ascendeu a CVE 165. 826 mil, um aumento de CVE 111.543 mil (+205,48%) face ao período homólogo.

O *cost-to-income* reduziu-se em 2018 para 52,8%, menos 14,1 p.p, impulsionada pela redução dos Custos de Estrutura e o aumento do Produto Bancário.

Os níveis de rentabilidade aumentaram face ao período homólogo, o ROE de 3,05% para 8,88% e o ROA de 0,2% para 0,68%, de Dezembro de 2017 para Dezembro de 2018, respectivamente.

A evolução do crédito em incumprimento (-11% face a 2017) está a ser objecto de acompanhamento dedicado, tendo-se reforçado os mecanismos e procedimentos de actuação do Banco para a sua recuperação e estima-se uma diminuição acentuada no curto prazo.

Num contexto em que o mercado ainda se mantém estagnado, apesar de se notar alguma melhoria no ambiente de negócios, em particular pelos anúncios públicos de maior investimento estrangeiro no país, o Banco prossegue a sua estratégia de mitigação de riscos, melhoria da rentabilidade e maior qualificação dos recursos humanos e tecnológicos.



10

PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte Aplicação dos Resultados de 2018:

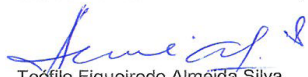
- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- Para cobertura dos resultados transitados negativos resultante da aplicação da norma IFRS9 no montante de CVE 52.385.287;
- O restante a afectar a Outras Reservas.

Praia, 28 de Maio de 2019



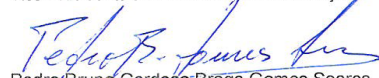
Alfredo Manuel Antas Teles

Presidente do Conselho de Administração



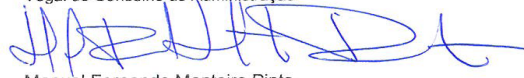
Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração



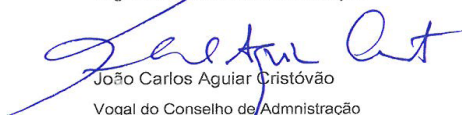
Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares

Vogal do Conselho de Administração



Manuel Fernando Monteiro Pinto

Vogal do Conselho de Administração



João Carlos Aguiar Cristóvão

Vogal do Conselho de Administração



Jorge Fernando Gonçalves Alves

Vogal do Conselho de Administração



Elsa Helena Lopes Távares

Vogal do Conselho de Administração



11

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2018		2017		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2018	2017
		Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	1 488 467	-	1 488 467	2 663 292	Recursos de outras instituições de crédito	13	189 012	389 072
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	398 176	-	398 176	1 247 658	Recursos de clientes e outros empréstimos	14	20 513 745	22 529 034
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	303 848	(11 891)	291 957	286 122	Outros passivos subordinados	15	-	515 214
Aplicações em instituições de crédito	6	2 096 593	-	2 096 593	2 808 816	Provisões	16	15 024	5 733
Crédito a clientes	7	18 828 222	(1 309 810)	17 518 413	17 544 940	Passivos por impostos correntes	11	1 306	1 964
Outros ativos tangíveis	8	1 224 278	(859 486)	364 792	395 792	Passivos por impostos diferidos	11	9 786	8 298
Ativos intangíveis	9	131 555	(97 674)	33 880	34 460	Outros passivos	18	133 459	508 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	10	87 306	-	87 306	70 768	Total do Passivo		20 862 332	23 957 316
Activos por impostos correntes	11	37 630	-	37 630	37 638	Capital	19	1 000 000	1 000 000
Activos por impostos diferidos	11	17 931	-	17 931	-	Prémios de emissão	20	388	388
Outros ativos	12	544 420	(90 407)	454 013	676 866	Reservas de justo valor	20	28 591	24 244
						Outras reservas	20	784 405	876 518
						Resultados transitados	20	(52 385)	(146 396)
						Resultado do exercício	20	165 826	54 284
						Total do Capital próprio		1 926 826	1 809 037
Total do Activo		25 158 425	(2 369 268)	22 789 157	25 766 353	Total do Passivo e do Capital Próprio		22 789 157	25 766 353

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2017		2016		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2017	2016
		Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	2 663 292	-	2 663 292	1 425 917	Recursos de outras instituições de crédito	13	389 072	404 003
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1 247 658	-	1 247 658	960 363	Recursos de clientes e outros empréstimos	14	22 529 034	25 011 175
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	298 013	(11 891)	286 122	280 258	Outros passivos subordinados	15	515 214	514 914
Aplicações em instituições de crédito	6	2 808 816	-	2 808 816	7 297 536	Provisões	16	5 733	5 733
Crédito a clientes	7	18 833 460	(1 288 520)	17 544 940	16 705 315	Passivos por impostos correntes	11	1 964	5 983
Outros ativos tangíveis	8	1 219 992	(824 199)	395 792	422 000	Passivos por impostos diferidos	11	8 298	6 691
Ativos intangíveis	9	123 325	(88 865)	34 460	27 146	Outros passivos	18	508 000	174 209
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	10	70 768	-	70 768	80 055	Total do Passivo		23 957 316	26 122 707
Ativos por impostos correntes	11	37 638	-	37 638	43 679	Capital	19	1 000 000	1 000 000
Outros ativos	12	870 363	(193 497)	676 866	630 497	Prémios de emissão	20	388	388
						Reservas de justo valor	20	24 244	19 548
						Outras reservas	20	876 518	864 570
						Resultados transitados	20	(146 396)	(146 396)
						Resultado do exercício	20	54 284	11 948
						Total do Capital próprio		1 809 037	1 750 058
Total do Activo		28 173 325	(2 406 972)	25 766 353	27 872 765	Total do Passivo e do Capital Próprio		25 766 353	27 872 765

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	21	1 122 795	1 291 370
Juros e encargos similares	22	(247 383)	(566 081)
MARGEM FINANCEIRA		875 412	725 289
Rendimentos de instrumentos de capital	23	4 610	6 062
Rendimentos de serviços e comissões	24	160 120	139 916
Encargos com serviços e comissões	24	(68 295)	(31 106)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	-	(77)
Resultados de reavaliação cambial	25	42 727	53 595
Resultados de alienação de outros activos	26	4 988	(92)
Outros resultados de exploração	27	69 339	43 352
PRODUTO BANCÁRIO		1 088 901	936 939
Custos com pessoal	28	(261 053)	(256 345)
Gastos gerais administrativos	29	(264 257)	(319 076)
Depreciações e amortizações do exercício	8 e 9	(50 014)	(51 986)
Provisões líquidas de reposições e anulações		33 053	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(389 236)	(211 397)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(16 766)	(54 754)
Resultados em empresas associadas e filiais mensuradas através do MEP	10	26 504	12 866
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		167 132	56 247
Impostos			
Correntes	11	(1 306)	(1 964)
Diferidos	11	-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		165 826	54 284
Número médio de acções ordinárias emitidas		100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	30	1 658	543

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Outras reservas e resultados transitados						Total	Lucro do exercício	Total
	Capital	Prémios de emissão	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1 000 000	388	19 548	144 470	720 101	(146 396)	718 175	23 896	1 762 006
Distribuição do resultado do exercício de 2016:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	1 195	10 753	-	11 948	-	(11 948)
Rendimento integral do exercício	-	-	4 696	-	-	-	-	54 284	58 980
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1 000 000	388	24 244	145 665	730 854	(146 396)	730 123	78 180	1 809 037
Distribuição do resultado do exercício de 2017:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	5 428	48 855	-	54 284	-	-
Utilização das reservas	-	-	-	-	(146 396)	146 396	-	-	-
Ajustamento IFRS9	-	-	-	-	-	(52 385)	52 385	-	(52 385)
Rendimento integral do exercício	-	-	4 347	-	-	-	-	165 826	170 173
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1 000 000	388	28 591	151 093	633 313	(52 385)	836 792	244 006	1 926 825

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2018	2017
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			
Variação no exercício	20	5 835	6 303
Efeito fiscal	20	(1 488)	(1 607)
Outros rendimentos integrais		4 347	4 696
Resultado líquido do exercício		165 826	54 284
Total do rendimento integral do exercício		170 173	58 980

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1 282 915	1 431 285
Pagamento de juros e comissões	(315 677)	(597 186)
Resultados cambiais	42 727	53 595
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(525 311)	(575 421)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	74 327	43 183
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(16 663)	1 751
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	<u>542 317</u>	<u>357 207</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(5 864)
Aplicações em instituições de crédito	712 223	4 488 720
Créditos sobre clientes Incluindo Títulos de Tesouro	(474 409)	(1 165 345)
Outros ativos	(208 310)	31 041
	<u>29 504</u>	<u>3 348 552</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(200 059)	(14 931)
Recursos de clientes	(2 015 289)	(2 482 140)
Outros passivos	(374 541)	333 792
	<u>(2 589 890)</u>	<u>(2 163 279)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(2 018 069)</u>	<u>1 542 480</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Ativos intangíveis	(8 230)	(7 315)
Outros ativos tangíveis	(12 585)	(29 421)
Dividendos recebidos	14 576	18 927
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(6 239)</u>	<u>(17 809)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(2 024 308)</u>	<u>1 524 671</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 910 950	2 386 279
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>1 886 642</u>	<u>3 910 950</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras



12 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (doravante BI ou Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Maio de 2019, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas. O Conselho de Administração salienta que estas são as segundas contas aprovadas sobre o exercício de 2018, em resultado da determinação do BCV de 22 de Maio de 2019, pela qual o Banco procedeu a um ajustamento extraordinário de CVE 150.000 nas suas imparidades de crédito (aumento), para além do que resulta da aplicação do modelo de imparidade em IFRS9, devendo ainda apresentar um plano de reforço de provisões regulamentares até 20 de Julho de 2019, considerando que, tal como evidenciado no Relatório de Provisões do Auditor Externo, sem a aplicação das provisões requeridas pelo BCV em Março de 2015 para um conjunto de operações e consistentemente aplicada desde então, se verifica existir uma insuficiência de provisões face à aplicação integral do Aviso 4/2006 do BCV de CVE 838.983.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da

continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, exceto no que se refere ao cálculo da imparidade para crédito de alguns clientes com elevada exposição e antiguidade, a qual será ajustada nos termos da Nota 1.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios*

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) *Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira*

Os Itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras do Banco e as respetivas notas explicativas deste Anexo são apresentadas em milhares de escudos de Cabo Verde ("mCve"), salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2018 e 2017, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2018	2017
1 USD	96,268	92,398

c) *Activos financeiros*

O Banco efetua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 40.000, e de empresas que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias e com exposição superior a mCve.25.000.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IFRS 9 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade,

pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, incluindo custos ou proveitos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Outros Activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Resultados de Alienação de Outros Activos”.

f) Transferências entre categorias

O Banco procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido com esse objetivo) pode, em situações excecionais, ser reclassificado da carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados. O justo valor do activo da data da reclassificação será o seu novo custo ou custo amortizado conforme aplicável.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para crédito a clientes - crédito titulado - são permitidas se existir a intenção e capacidade de o manter no futuro previsível ou até à maturidade.

g) Hierarquia de Justo Valor

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente

preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possíveis preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas

associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil	
	Adquiridos até 2014	Adquiridos a partir de 2015
Imóveis de serviço próprio	50	50
Equipamento:		
Mobiliário e material de escritório	12	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6	5
Equipamento informático	4	3 - 5
Instalações interiores	8	5
Material de transporte	4 - 5	4 - 5
Equipamento de segurança	5	10
Outro equipamento	6	8

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual

dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco está sujeito ao Código do Imposto

sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adoção das NIRF e à valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais

correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgados mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em

parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação (ver nota 34).

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual o Banco considera as suas expectativas de recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expectativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para gastos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IFRS 9 (ver Nota 2.2. c) ii) e nota 34).

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados activos

De acordo com a Norma IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver nota 34).

Imparidade:

A IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda esperada de crédito (ECL – *Expected Credit Losses*), que substitui o modelo utilizado de perda incorrida previsto no âmbito da IAS 39 – “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, deixando de ser necessário que o evento de perda ocorra para que sejam reconhecidas perdas por imparidade.

O modelo de imparidade da norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” é aplicável aos seguintes ativos financeiros:

- Todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (incluindo contratos de locação - IAS 17);
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por contrapartida de Outro Rendimento Integral (FVTOCI);
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – “Réditos de contratos com clientes”, nos casos em que esta norma remeta a contabilização para a IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”;
- Ativos que traduzam o direito ao reembolso de pagamentos efetuados pela entidade na liquidação de passivos reconhecidos no âmbito da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”; e,
- Compromissos de crédito concedidos (exceto os mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados).

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS 9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2015 (ver nota 34).

r) Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

s) Segmentos operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos,

operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito.

- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- **Banca de retalho** – Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

t) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de capital próprio.

u) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de Dezembro de 2017:

1 - Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2017.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras do Banco:

IAS 7 Iniciativa de divulgação

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu

valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu a seguinte melhoria, efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017:

IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, *joint ventures* ou associadas (ou parte do seu interesse em *joint ventures* ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que está classificado) como detidas para venda. Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospectivamente.

2 - Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de julho de 2017 ou posteriores e que o Banco não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela UE:

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes

substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 - Locações quando for aplicada). Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação as obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*. É permitida a aplicação antecipada.

Clarificação à IFRS 15

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos

relacionados com a implementação da norma.

As emendas introduzidas são as seguintes:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato;
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal *versus* agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como reestruturar os indicadores;
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo.
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no *royalty*) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato. Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição.

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

Impacto: Esta norma é mais exigente que a atual norma e tem mais guias para aplicação da norma. As divulgações também são mais extensas.

Normas emitidas mas ainda não em vigor

Nota prévia

A IAS 8.30 requer que uma entidade divulgue as normas que já foram emitidas (e endossadas pela União Europeia) mas que ainda não estão efetivas, e que forneça

informação conhecida e razoável que permita aos utilizadores avaliar os possíveis impactos da adoção de determinada norma nas demonstrações financeiras da entidade. Certas autoridades, nomeadamente a ESMA (*European Securities and Markets Authority*) emitiram recomendações sobre as divulgações dos impactos esperados da adoção das principais normas tais como a IFRS 16 a incluir nas demonstrações financeiras intercalares e anuais das entidades.

A divulgação aqui apresentada parte do pressuposto que a entidade fez uma avaliação detalhada dos impactos esperados da IFRS 16 e, como tal, apresenta os impactos detalhados por linhas do balanço e da demonstração dos resultados. No entanto, a IAS 8.30 não requer este nível de detalhe. Podem existir ainda situações de entidades que ainda estão em processo de finalização das suas análises aos impactos nas demonstrações financeiras de 2018 em poderão querer divulgar os impactos de uma forma mais agregada. Estas entidades devem divulgar informação conhecida e razoável que permita avaliar o impacto da adoção da IFRS 16 reportados à data de aplicação inicial, mas podem fazê-lo ao um nível mais agregado referindo um intervalo estimado de impacto ao nível do total do ativo, do passivo, nos resultados do ano e no capital próprio. Nestes casos, as entidades devem declarar nas suas demonstrações financeiras que a informação quantitativa divulgada nessa nota pode estar sujeita a alterações futuras.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 (Locações), a IFRIC 4 (Determinar se um Acordo contém uma Locação), a SIC 15 (Locações Operacionais – Incentivos) e a SIC 27 (Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação). A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de

12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de mensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa mensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilidade do locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que entra em vigor nos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019, requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensivas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

O Grupo irá adotar a IFRS 16 retrospectivamente a cada período de reporte apresentado nas demonstrações financeiras. O Grupo irá aplicar a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, o Grupo não irá aplicar a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

O Grupo decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. O Grupo tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos

(como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que o Grupo considera terem pouco valor.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Caixa		
· Moeda nacional	224 034	310 580
· Moeda estrangeira	479 099	726 490
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
· Moeda nacional	785 334	1 626 221
	1 488 467	2 663 292

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 13% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. As reservas mínimas em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 ascenderam a mCve. 2.211.666 e mCve. 2.274.639, respetivamente. A partir de 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2018 e 2017, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Depósitos à ordem:		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	311 452	876 461
· Em outras instituições no estrangeiro	31 273	117 421
· Em instituições no país	1 259	2 290
	343 984	996 171
Cheques a cobrar:		
· Sobre o estrangeiro	5 876	5 355
· Sobre o país	48 315	246 132
	54 191	251 487
	398 176	1 247 658

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	2018					
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (Bruto)	Reserva de Justo Valor (Nota 20)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238 746	5,40%	243 955	5 209	(10 011)	233 944
Visa International Service Association	1 323	n.d.	34 491	33 168	-	34 491
	<u>240 069</u>		<u>278 446</u>	<u>38 377</u>	<u>(10 011)</u>	<u>268 435</u>
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	15 307	3,79%	15 307	-	(1 880)	13 427
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10 095	0,65%	10 095	-	-	10 095
	<u>25 402</u>		<u>25 402</u>	<u>-</u>	<u>(1 880)</u>	<u>23 522</u>
	<u>265 471</u>		<u>303 848</u>	<u>38 377</u>	<u>(11 891)</u>	<u>291 957</u>
n.d. - não disponível						
Título	2017					
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (Bruto)	Reserva de Justo Valor (Nota 20)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238 746	5,40%	243 955	5 209	(10 011)	233 944
Visa International Service Association	1 323	n.d.	28 656	27 333	-	28 656
	<u>240 069</u>		<u>272 611</u>	<u>32 542</u>	<u>(10 011)</u>	<u>262 600</u>
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	15 307	3,79%	15 307	-	(1 880)	13 427
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10 095	0,65%	10 095	-	-	10 095
	<u>25 402</u>		<u>25 402</u>	<u>-</u>	<u>(1 880)</u>	<u>23 522</u>
	<u>265 471</u>		<u>298 013</u>	<u>32 542</u>	<u>(11 891)</u>	<u>286 122</u>
n.d. - não disponível						

Instrumentos de capital valorizados ao justo valor

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa independente e as da *Visa Internacional Service Association*, de acordo com a cotação de 31 de Dezembro de 2018 enviada pela Caixa Geral de Depósitos.

A avaliação externa efetuada referente as ações do Banco Comercial do Atlântico em 2018, não apresentou diferenças significativas em relação ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, pelo que o justo valor registado não sofreu alterações.

Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, registadas ao custo histórico, encontrando-se registada, no caso da primeira, uma imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Em ano de 2018, não se registaram transações em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor Aplicação	
	2018	2017
Aplicações de crédito no país:		
Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	67 000	-
- Títulos de regularização monetária	-	-
- Aplicações a muito curto prazo	2 000 000	2 700 000
	<u>2 067 000</u>	<u>2 700 000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	-	90 031
Ecobank:		
- Depósitos	-	-
Outras instituições de crédito	29 880	18 772
	<u>29 880</u>	<u>108 804</u>
Juros a receber	-	12
Proveitos diferidos	(287)	-
	<u>2 096 593</u>	<u>2 808 816</u>

7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		2018	2017
Crédito interno a curto prazo:			
. Descobertos em depósitos à ordem		56 817	55 893
. Empréstimos		258 041	34 247
. Descontos comerciais		25 104	62 620
. Outros créditos		87 757	90 510
Crédito interno a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		8 834 131	8 399 502
. Créditos em conta corrente		1 663 335	2 464 357
Crédito externo a curto prazo:			
. Habitação		31 160	20 500
. Descobertos em depósitos à ordem		1 383	1 609
. Outros créditos		74 364	62 010
Crédito externo a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		498 613	389 281
. Créditos em conta corrente		80 808	132 977
Crédito ao pessoal		414 743	374 579
Juros a receber		28 642	35 265
Comissões e outros proveitos diferidos		(66 107)	(66 681)
Créditos vencidos		2 321 591	2 608 704
Total de crédito não titulado	(A)	14 310 381	14 665 373
Outros créditos e valores a receber - titulados			
Títulos de Dívida Pública		4 088 713	3 728 803
Obrigações emitidas por Empresas		363 616	375 616
Obrigações emitidas por Empresas vencidas		666	666
Juros a receber		64 800	62 930
Custos diferidos		47	73
Total de crédito titulado	(B)	4 517 842	4 168 088
Total Crédito a clientes bruto	(C) = (A) + (B)	18 828 223	18 833 461
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(D)	(1 309 810)	(1 288 520)
Total Crédito a clientes líquido	(E) = (C) + (D)	17 518 413	17 544 941

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os Títulos da Dívida Pública incluem as obrigações do Tesouro de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa.

A taxa média de remuneração das obrigações do tesouro em 2018 ascendeu a 4,96% (2017: 5,18%)

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “obrigações emitidas por empresas” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2018	2017
Títulos de Dívida Pública		
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	4 088 713	3 728 803
Juros a receber	58 625	53 200
	<u>4 147 338</u>	<u>3 782 003</u>
Título	2018	2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	-	-
Prémio de Emissão -Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B		-
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	68 050	68 050
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32 199	32 199
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie C	55 058	55 058
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche I	24 000	30 000
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche II	20 000	25 000
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19 996	19 996
Câmara Municipal do Sal	7 000	8 000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	-	-
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	666	666
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	100 000	100 000
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie D	37 313	37 313
Total bruto	<u>364 282</u>	<u>376 282</u>
Imparidade	<u>11 673</u>	<u>10 597</u>
Juros a receber e custos diferidos	<u>9 772</u>	<u>9 803</u>
Total bruto	<u>362 380</u>	<u>375 488</u>

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do

Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2018, as obrigações emitidas pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A.. encontravam-se em incumprimento referente ao pagamento dos juros dos cupões referente aos seguintes cupões “ 11º a 13º e de 15º e 18º correspondente ao valor global de mCve.3.549. O total de imparidade registada ascendeu a mCve 10.858.

Em 2016, a Cabo Verde Fast Ferry, fez a reestruturação do contracto, nos seguintes termos:

- Alteração do prazo de vencimento de 2019 para de 2024;
- Alteração da taxa de juro para 4%.

Em 31 de Dezembro de 2018, as obrigações emitidas pela Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se em incumprimento com o pagamento de cupões de juros desde Fevereiro de 2014 a 18 Fevereiro de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Capital e juros de Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. encontravam vencidos de 18 de Fevereiro de 2017. Os Juros vencidos em ascendiam a mCve. 149 e o Capital em mCve. 666. O total de imparidade registada ascendeu a mCve 815.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados”, juros corridos associados e comissões e outros proveitos diferidos apresentava a seguinte estrutura por sectores de atividade:

	Total 2018		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Sector Público Administrativo	318 705	-	318 705
	318 705	-	318 705
Empresas			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	21 661	-	21 661
Pesca	1 455	-	1 455
Indústrias extractivas	-	-	-
Extracção de produtos energéticos	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-
Indústrias transformadoras	328 936	41 847	370 783
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	237 302	4 815	242 117
Indústria têxtil	1 273	-	1 273
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	6 172	25 027	31 199
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	12 783	12 005	24 788
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	35 914	-	35 914
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	55	-	55
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	32 335	-	32 335
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	300	-	300
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-
Fabrico de material de transporte	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 801	-	2 801
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	81 649	-	81 649
Construção	1 082 600	449 090	1 531 691
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	753 232	81 319	834 551
Transportes, armazenagem e comunicações	251 805	264 199	516 005
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	811 654	235 805	1 047 459
Actividades de informação e de comunicação	120 939	4 563	125 501
Actividades financeiras	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	993 344	680 829	1 674 173
Actividades imobiliárias	993 344	680 829	1 674 173
Outras actividades	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	244 143	264	244 407
Saúde e segurança social	96 981	-	96 981
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	872 898	129 153	1 002 051
Famílias com empregados domésticos	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-
	5 661 296	1 887 069	7 548 365
Particulares			
Habituação	3 774 281	114 847	3 889 128
Outros fins	2 271 973	316 126	2 588 098
	6 046 253	430 973	6 477 226
	12 026 255	2 318 042	14 344 297

	Total 2017		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Sector Público Administrativo	496 848	-	496 848
	496 848	-	496 848
Empresas			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	23 772	-	23 772
Pesca	-	-	-
Indústrias extractivas	30 368	-	30 368
Extracção de produtos energéticos	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	30 368	-	30 368
Indústrias transformadoras	260 357	160 014	420 371
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	134 215	4 834	139 049
Indústria têxtil	2 497	-	2 497
Indústria do couro e de produtos de couro	5 855	-	5 855
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	7 029	131 323	138 352
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	44 562	-	44 562
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	35 392	-	35 392
Fabrico de máquinas e de equipamentos	447	-	447
Fabrico de mobiliário e de colchões	11 830	23 857	35 686
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-
Fabrico de material de transporte	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	18 530	-	18 530
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	511 336	-	511 336
Construção	1 713 273	282 405	1 995 678
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	661 595	111 483	773 078
Transportes, armazenagem e comunicações	382 673	436 243	818 916
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 029 923	211 717	1 241 640
Actividades de informação e de comunicação	4 622	-	4 622
Actividades financeiras	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	762 230	712 532	1 474 762
Actividades imobiliárias	757 296	712 393	1 469 689
Outras actividades	4 934	140	5 074
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	129 822	339	130 160
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	192 750	-	192 750
Educação	257 544	6	257 549
Saúde e segurança social	157 603	-	157 603
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	392 396	155 952	548 348
Famílias com empregados domésticos	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-
	6 510 264	2 070 690	8 580 954
Particulares			
Habituação	3 057 254	153 175	3 210 429
Outros fins	2 023 719	384 839	2 408 558
	5 080 973	538 015	5 618 987
	12 088 085	2 608 704	14 696 789

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição total	Exp. Com baixo risco de crédito	do qual curado	do qual reestruturado	Exposição com aumento significativo do risco de crédito	do qual reestruturado	Exposição em situação de imparidade	do qual reestruturado	Imparidade total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposição com aumento significativo de risco	Exposição em situação de imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)	6 486 113 767	5 160 790 673	0	3 495 826	319 738 569	4 606 853	1 005 584 526	138 406 420	293 989 919	0	23 431 120	219 783 330
Construção e CRE	4 333 302 608	2 439 177 994	0	0	125 344 325	0	1 768 780 288	0	767 303 929	0	3 158 650	735 239 613
Habituação	2 870 870 074	2 347 925 788	0	357 631	175 480 118	35 721 502	347 464 168	8 616 785	156 507 036	23 805 519	18 894 606	113 806 911
Consumo e outros part.	4 010 406 471	3 760 298 937	0	996 293	145 704 812	33 350 948	104 402 722	9 600 457	101 299 352	8 275 817	16 145 985	76 877 550
Total	17 700 692 920	13 708 193 392	0	4 849 750	766 267 824	73 679 303	3 226 231 704	156 623 662	1 319 100 236	111 762 471	61 630 361	1 145 707 404

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento (continuação)

Segmento	Dias de atraso <90										
	Exposição Total 31.12.2018	Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito	Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2018	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
Empresas (exc. Const e CRE)	6 539 497 399	5 160 790 673	318 796 994	5 479 587 667	311 683 258	748 226 474	286 846 687	52 063 088	852 076	242 394 928	-8 463 405
Construção e CRE	4 279 918 976	2 414 810 192	121 107 850	2 535 918 043	602 791 674	1 141 209 260	774 447 161	36 687 148	0	0	737 760 013
Habituação	4 010 406 471	3 760 298 937	145 704 812	3 906 003 749	20 635 391	83 767 331	101 299 352	12 361 286	560 400	14 694 797	73 682 869
Consumo e outros part.	2 870 870 074	2 347 925 788	171 594 734	2 519 520 522	50 229 265	301 120 287	156 507 036	31 443 675	588 860	18 657 626	105 816 875
Total	17 700 692 920	13 683 825 590	757 204 391	14 441 029 981	985 339 587	2 274 323 352	1 319 100 236	132 555 197	2 001 336	275 747 351	908 796 352

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habituação			Consumo e outros part.		
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída
2009 e anteriores	101	651 766 251	83 215 720	44	546 505 311	188 762 565	129	508 843 633	15 835 275	430	94 218 797	12 618 495
2010	27	117 117 317	46 045 701	12	720 740 857	341 995 105	44	254 757 457	44 800 899	68	24 870 112	2 502 682
2011	31	327 107 024	4 234 268	7	180 078 545	14 926 561	57	249 272 792	7 635 529	59	60 022 585	7 750 647
2012	27	604 067 336	36 296 905	12	150 616 178	15 450 233	42	221 358 781	9 477 599	59	34 053 441	1 359 214
2013	27	103 334 486	8 420 754	11	322 789 068	26 901 431	30	152 456 533	1 643 011	75	35 607 283	3 362 814
2014	36	130 959 362	5 414 302	8	76 962 175	5 888 759	41	243 741 317	806 191	122	47 068 234	1 420 286
2015	48	276 729 609	9 167 859	21	226 246 130	20 697 085	42	235 263 636	2 668 256	262	254 989 913	21 984 728
2016	85	305 148 408	17 933 338	24	498 137 465	29 625 717	51	303 201 291	7 521 856	604	474 159 285	47 198 112
2017	181	1 194 409 662	45 412 475	35	298 366 383	19 573 154	120	703 095 587	4 393 038	1380	698 422 858	39 160 435
2018	375	2 750 118 753	37 848 597	74	1 338 216 056	103 483 319	168	1 138 415 444	6 517 698	1339	1 147 457 566	19 149 623
Total	938	6 460 758 207	293 989 919	248	4 358 658 168	767 303 929	724	4 010 406 471	101 299 352	4 398	2 870 870 074	156 507 036

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento e setor (continuação)

31.12.2018	Empresas (exc. Const e CRE)		Construção e CRE		Habitação		Consumo e outros part.		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	532 382 450	125 960 633	1 546 787 488	573 144 989	0	0	225 418 586	65 994 245	2 304 588 524	765 099 867
Colectiva	5 928 376 481	168 029 286	2 811 869 956	194 158 940	4 010 406 471	101 299 352	2 645 451 488	90 512 791	15 396 104 396	554 000 369
Total	6 460 758 931	293 989 919	4 358 657 444	767 303 929	4 010 406 471	101 299 352	2 870 870 074	156 507 036	17 700 692 920	1 319 100 236

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento e setor (continuação)

31.12.2018	F-Construção		C-Indústrias transformadoras		G-Comércio por grosso e a retalho		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	623 727 435	273 757 417	0	0	52 941 473	29 259 368	1 377 800 624	384 415 632	2 054 469 532	687 432 417
Colectiva	1 632 727 543	164 832 909	436 717 743	31 527 411	1 175 290 298	41 492 961	5 017 739 417	124 334 945	8 262 475 002	362 188 226
Total	2 256 454 978	438 590 326	436 717 743	31 527 411	1 228 231 771	70 752 329	6 395 540 041	508 750 577	10 316 944 533	1 049 620 643

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	31.12.2018											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	5	4 849 750	31 117	26	73 679 303	18 170 747	17	156 623 662	76 142 554	48	235 152 715	94 344 418
Período de carência												
Redução da taxa de juro												
Total	5	4 849 750	31 117	26	73 679 303	18 170 747	17	156 623 662	76 142 554	48	235 152 715	94 344 418

Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2018
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	391 512 242
Créditos reestruturados no período	57 583 588
Juros corridos da carteira reestruturada	
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-54 777 843
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-159170818
Outros	
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	235 147 169,00

Detalhes do Justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, dos segmentos de *Corporate*, Construção, Habitação

Justo valor	31.12.2018											
	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	8	1 179 928	11	2 533 062	2	254 534	2	476 481	13	5 254 670	0	0
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	6	4 225 681	18	11 826 055	1	761 432	1	799 456	23	17 904 021	0	0
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	47	121 487 448	58	137 341 209	15	39 213 078	10	20 676 593	304	959 924 483	1	3 388 908
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	25	182 051 291	6	40 924 775	10	74 568 827	1	6 634 977	211	1 450 476 817	2	10 367 954
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	22	298 468 275	7	106 672 859	11	144 296 723	0	0	57	768 752 446	0	0
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	15	452 474 391	2	72 017 543	11	339 562 619	0	0	7	182 166 807	0	0
>= 50 MCVE	10	1 282 446 693	1	135 917 227	12	1 413 693 986	0	0	0	0	0	0
Total	133	2 342 333 707	103	507 232 730	62	2 012 351 199	14	28 587 507	615	3 384 479 244	3	13 756 862

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAR e Habitação

		31.12.2018				
	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)						
Sem colateral associado	Sem colateral associado	0	218 264 357	1 508 201	15 493 555	11 921 221
1	>= 150%	120	1 387 768 645	87 257 599	352 658 832	74 133 152
2	<= 150% e > 125%	18	260 603 271	4 293 153	38 097 434	26 680 926
3	<= 125% e > 100%	45	755 183 970	77 417 257	447 001 787	128 636 608
4	< 100%	8	1 420 086 505	143 012 358	46 177 676	38 797 396
Construção e CRE						
Sem colateral associado	Sem colateral associado	74	243 225 234	9 697 682	157 122 989	130 580 855
1	>= 150%	51	605 595 697	19 528 206	208 298 244	92 002 854
2	<= 150% e > 125%	9	8 778 932	22 064 054	110 265 000	30 054 605
3	<= 125% e > 100%	34	476 118 007	49 072 884	956 426 355	246 025 273
4	< 100%	31	766 323 463	613 697	285 524 081	114 577 607
Para aquisição habitação	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	0	7 035 940	0	0	38 226
1	>= 150%	226	805 711 372	39 586 242	19 943 613	8 957 634
2	<= 150% e > 125%	89	503 219 556	15 719 274	16 180 870	3 181 412
3	<= 125% e > 100%	293	1 848 559 200	73 746 054	59 658 131	76 705 601
4	< 100%	3	592 072 869	16 653 242	8 620 108	12 416 479

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Descrição	2018							Valor líquido em 31/12/18
	Saldos em 31-12-2017		Adições	Abates líquidos	Transferência Entre os activos	Outras Regularizações	Imparidade e amortizações do exercício	
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas						
Imóveis de serviço próprio								
· Terrenos	42 946	-	-	-	-	-	-	42 946
· Edifícios	148 954	(46 795)	-	-	-	-	(2 630)	99 528
· Outros	3 913	(600)	1 576	-	-	-	(514)	4 375
Obras em imóveis arrendados	237 675	(207 669)	-	-	-	-	(10 280)	19 726
	<u>433 488</u>	<u>(255 065)</u>	<u>1 576</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13 425)</u>	<u>166 574</u>
Equipamento								
· Mobiliário e material	50 592	(41 694)	750	-	-	-	(2 286)	7 362
· Máquinas e ferramentas	32 244	(27 256)	1 664	-	-	-	(1 844)	4 807
· Equipamento informático	329 456	(290 219)	1 281	-	1 627	-	(13 105)	29 040
· Instalações interiores	17 705	(14 670)	20	-	-	-	(628)	2 428
· Material de transporte	72 674	(60 601)	2 597	(2 242)	-	-	(4 283)	8 145
· Equipamento de segurança	25 454	(16 972)	-	-	-	-	(1 944)	6 538
· Outro equipamento	56 888	(45 557)	273	-	-	-	(3 688)	7 916
Outros ativos tangíveis	157	(157)	-	-	-	-	-	-
	<u>585 169</u>	<u>(497 125)</u>	<u>6 585</u>	<u>(2 242)</u>	<u>1 627</u>	<u>-</u>	<u>(27 779)</u>	<u>66 235</u>
Ativos tangíveis em curso								
· De serviço próprio	195 691	(72 010)	3 854	-	-	-	-	127 535
· Despesas em edificios arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-
· Equipamento	5 643	-	431	-	(1 627)	-	-	4 447
	<u>201 335</u>	<u>(72 010)</u>	<u>4 285</u>	<u>-</u>	<u>(1 627)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>131 983</u>
	<u>1 219 992</u>	<u>(824 199)</u>	<u>12 446</u>	<u>(2 242)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41 204)</u>	<u>364 792</u>

Descrição	2017							
	Saldos em 31-12-2016		Adições	Abates líquidos	Transferência Entre os activos	Outras Regularizações	Imparidade e amortizações do exercício	Valor líquido em 31/12/2017
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas						
Imóveis de serviço próprio								
. Terrenos	41 594	-	-	-	1 351	-	-	42 946
. Edifícios	148 954	(44 165)	-	-	-	-	(2 630)	102 159
. Outros	3 623	(211)	291	-	-	-	(389)	3 313
Obras em imóveis arrendados	237 675	(196 753)	-	-	-	-	(10 916)	30 006
	431 846	(241 129)	291	-	1 351	-	(13 936)	178 423
Equipamento								
. Mobiliário e material	49 944	(39 095)	734	-	-	88	(2 775)	8 898
. Máquinas e ferramentas	29 489	(25 614)	2 755	-	-	(15)	(1 628)	4 988
. Equipamento informático	317 413	(274 295)	13 460	-	-	-	(17 342)	39 237
. Instalações interiores	17 645	(14 152)	60	-	-	2	(520)	3 036
. Material de transporte	69 974	(58 154)	4 500	-	-	0	(4 247)	12 073
. Equipamento de segurança	24 088	(14 715)	1 366	-	-	-	(2 257)	8 482
. Outro equipamento	55 670	(40 799)	1 218	-	-	-	(4 758)	11 330
Outros activos tangíveis	157	(157)	-	-	-	-	-	0
	564 381	(466 980)	24 094	-	-	75	(33 526)	88 044
Activos tangíveis em curso								
. De serviço próprio	194 766	(62 588)	3 070	(794)	(1 351)	-	(9 422)	123 682
. Despesas em edifícios arrendados	400	-	-	(400)	-	-	-	-
. Equipamento	1 304	-	4 340	-	-	-	-	5 643
	196 470	(62 588)	7 410	(1 194)	(1 351)	-	(9 422)	129 325
	1 192 696	(770 697)	31 794	(1 194)	-	-	(56 883)	395 792

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2017			Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2018		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	123 325	(88 865)	8 230	(8 810)	131 555	(97 675)	33 880

Descrição	Saldos em 31-12-2016			Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2017		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	111 487	(84 341)	11 839	(4 524)	123 325	(88 865)	34 460

Do total da rubrica de ativos intangíveis, o montante de mCve. 19.714 (2017: mCve. 13.378) encontrava-se em curso à data do Balanço.

10. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	2018		
					Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	87 306	31-10-2018 (*)	899 085	135 143	873 063
			87 306				

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	2017		
					Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	70 768	31-09-2017 (*)	899 085	135 143	707 680
			70 768				

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de Direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2018 e 2017 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	SISP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	67 612	67 612
Resultados em Associadas	12 866	12 866
Dividendos recebidos	(9 710)	(9 710)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	70 768	70 768
Resultados em Associadas	26 504	26 504
Dividendos recebidos	(9 966)	(9 966)
Alienação	-	-
Menos-valia alienação	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	87 306	87 306

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2018, o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
Activos por impostos correntes		
· Pagamentos por conta e retenções na fonte	37 630	37 638
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	17 931	-
Passivos por impostos correntes		
· Imposto Corrente	1 306	1 964
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(9 786)	(8 298)

A variação dos activos por impostos correntes corresponde a liquidação dos impostos e regularização dos impostos da tributação autónoma de 2017.

Os activos por impostos diferidos, foi cálculo sobre o valor dos ajustamentos com a implementação de IFRS, em que a base tributável foi de mCVE 70.316.

O valor referente aos passivos por impostos correntes compreende o cálculo dos impostos de exercício de 2018.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2018 e 2017 corresponde ao cálculo do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, utilizando a taxa agregada de imposto de 25,5%.

O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. De acordo com Código do IRPC, artigo 59, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

O Calculo dos impostos do exercício foi apurado como se segue:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	167 132	56 247
A adicionar	15 579	24 134
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC	1 983	836
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais	0	400
Outras perdas por imparidade não aceites	0	11 113
Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros	694	651
Imposto único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário	1 131	1 130
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	3 609	4 110
50% dos gastos com despesas de representação	634	512
Correções nos casos de créditos de imposto e retenção na fonte (art.º 69º, 91º e 93º CIRPC)	7 528	5 383
A deduzir	(184 255)	(134 642)
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial	(26 504)	(12 866)
Mais-valias contabilísticas	0	(450)
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 54º e 55º CIRPC)	0	(51)
Depreciações e amortizações tributadas em períodos anteriores	(3 413)	(3 475)
Benefícios fiscais	(2 936)	(4 770)
Rendimentos de capitais à taxa liberatória	(146 792)	(101 880)
Dividendos	(4 610)	(6 062)
Juros colocados no mercado secundários	0	(5 089)
Lucro/Prejuízo fiscal	(1 544)	(54 261)
Utilização de Prejuízo Fiscal	0	-
Taxa aplicável	25,5%	25,5%
Taxa Efectiva	-1%	-96%
Lucro Retido	0	0
Imposto do exercício	0	0
Tributação autónoma	1 306	1 964
	1 306	1 964

Em 1 de janeiro de 2015, entrou em vigor o Código do IRPC que incorporou um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que respeita à dedutibilidade de custos com imparidade de crédito. Na preparação da estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à matéria acima indicada e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Banco ainda mantém prejuízos fiscais reportáveis não utilizados no montante de cerca mCve. 161.083.

Exercícios	Prejuízos Fiscais	Ano de Expiração
Exercício de 2015	54 653	2022
Exercício de 2016	50 624	2023
Exercício de 2017	54 261	2024
Exercício de 2018	1 544	2025
	161 083	

Nos termos do Código Geral Tributário, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2018.

12. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Devedores e outras aplicações		
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	14 195	18 967
. Valores a receber do Grupo	267	133
. Outros	53 404	8 970
Outros activos		
. Património artístico	2 086	2 086
Rendimentos a receber		
. Outros	1 764	3 032
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	9 699	18 235
Outras contas de regularização	9 166	64 972
	<u>90 581</u>	<u>116 396</u>
Imparidade de outros activos (Nota 17)	<u>(11 714)</u>	<u>(13 666)</u>
	78 868	102 730
Activos adquiridos em recuperação de crédito próprio	453 839	753 968
Imparidade de activos adquiridos em recuperação de crédito próprio	<u>(78 693)</u>	<u>(179 831)</u>
	375 145	574 137
	<u>454 013</u>	<u>676 866</u>

A rubrica de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio decompõe-se com segue:

	2018								
	Saldo em 31-12-2017		Recuperações	Alienações	Transferências	Outros	Perdas por imparidade, líquidas (Nota 18)	Saldo em 31-12-2018	
	Valor bruto	Imparidade						Valor bruto	Imparidade
Terreno Palha Sé (40.737 metros quadrados)	111 121	(19 543)	-	-	-	464	-	111 585	(19 543)
Habitação em Santa Maria Sal	22 773	-	-	-	-	160	-	22 934	-
Terreno Palha Sé (5.780 metros quadrados)	22 047	(3 882)	-	-	-	66	-	22 113	(3 882)
Habitação na Praia	15 583	(12 888)	-	-	-	50	-	15 633	(12 888)
Habitação em Chã de Monte Sossego	9 347	(3 138)	-	-	-	33	-	9 381	(3 138)
Terreno Palmarejo	252 146	(26 725)	-	-	-	780	-	252 926	(26 725)
Terreno em Ponta Preta - Sal	286 198	(103 367)	-	(286 198)	-	-	-	-	-
Predio Hortelã de Cima - Espargos	21 992	(6 511)	-	(21 992)	-	-	-	-	-
Apartamento Fração G - Pretória, Espargos	4 474	(1 324)	-	(4 474)	-	-	-	-	-
Espaço comercial Fração B Pretória, Espargos	4 575	(1 354)	-	(4 575)	-	-	-	-	-
Garagem - Fração C - Pretória, Espargos	3 711	(1 099)	-	(3 711)	-	-	-	-	-
Habitação -São Vicente	-	-	19 268	-	-	-	(12 518)	19 268	(12 518)
	753 968	(179 831)	19 268	(320 950)	-	1 553	(12 518)	453 839	(78 693)

Em exercício de 2018 foi recuperado através de adjudicação um imóvel no valor total de mCve 19 268. Foi registada perda por imparidade para este imóvel no valor de mCve. 12.518 (Nota 17) tendo em consideração à avaliação a data da aquisição.

Em exercício de 2018 foram alienados os seguintes Imóveis: Terreno em Ponta Preta Sal, Prédio Hortelã de Cima, Apartamento e Fração G/ Fração B, C G Em Pretória – Espargos.

	2017								
	Saldo em 31-12-2016		Recuperações	Alienações	Transferências	Outros	Perdas por imparidade, líquidas (Nota 18)	Saldo em 31-12-2017	
	Valor bruto	Imparidade						Valor bruto	Imparidade
Terreno Palha Sé (40.737 metros quadrados)	110 658	(19 543)	-	-	-	464	-	111 121	(19 543)
Habitação em Santa Maria Sal	22 625	-	-	-	-	149	-	22 773	-
Terreno Palha Sé (5.780 metros quadrados)	21 981	(3 882)	-	-	-	66	-	22 047	(3 882)
Habitação na Praia	15 532	(7 063)	-	-	-	50	(5 825)	15 583	(12 888)
Habitação em Chã de Monte Sossego	9 319	(2 334)	-	-	-	28	(804)	9 347	(3 138)
Terreno Palmarejo	251 363	-	-	-	-	783	(26 725)	252 146	(26 725)
Terreno em Ponta Preta - Sal	279 531	(103 367)	-	-	-	6 667	-	286 198	(103 367)
Prédio Hortelã de Cima - Espargos	-	-	21 992	-	-	-	(6 511)	21 992	(6 511)
Apartamento Fração G - Pretória, Espargos	-	-	4 474	-	-	-	(1 324)	4 474	(1 324)
Espaço comercial Fração B Pretória, Espargos	-	-	4 575	-	-	-	(1 354)	4 575	(1 354)
Garagem - Fração C - Pretória, Espargos	-	-	3 711	-	-	-	(1 099)	3 711	(1 099)
	711 010	(136 189)	34 752	-	-	8 206	(43 641)	753 968	(179 831)

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade

Ativo	Número de imóveis	31/12/18	
		Justo valor do ativo	Valor contabilístico Líquido
Terreno	5	336 474	386 624
Urbano	5	336 474	386 624
Rural			
Edifícios em desenvolvimento	0	0	0
Comerciais			
Habitação			
Outros			
Edifícios construídos	4	38 672	67 215
Comerciais			
Habitação	4	38 672	67 215
Outros			
Outros			
Total	9	375 145	453 839

Ativo	Número de imóveis	31/12/17	
		Justo valor do ativo	Valor contabilístico Líquido
Terreno	6	517 995	671 512
Urbano	6	517 995	671 512
Rural			
Edifícios em desenvolvimento	0	0	0
Comerciais			
Habitação			
Outros			
Edifícios construídos	7	56 141	82 455
Comerciais	1	3 221	4 575
Habitação	5	50 308	74 169
Outros	1	2 612	3 711
Outros			
Total	13	574 137	753 968

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	31/12/18				Total
	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	
Terreno	0	0	386 624		386 624
Urbano			386 624		386 624
Rural					
Edifícios em desenvolvimento	0	0	0		0
Comerciais					
Habitação					
Outros					
Edifícios construídos	19 268		47 947		67 215
Comerciais					
Habitação	19 268		47 947		67 215
Outros					
Outros					
Total	19 268	0	434 571	0	453 839

13. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valor	
	2018	2017
Recursos de instituições de crédito nacionais		
· Empréstimos de empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	10 768	239 764
Impar - Comp. Caboverdiana de Seguros SARL	500	3 660
· Ecobank Cabo Verde Soc. Unip. SA	139 991	88 212
· Caixa Geral de Depósitos	-	10
	<u>151 259</u>	<u>331 646</u>
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	21 818	32 727
Caixa Geral de Depósitos	15 788	20 716
	<u>37 606</u>	<u>53 443</u>
Juros a pagar	147	3 982
	<u>189 012</u>	<u>389 072</u>

Em 14 de Outubro de 2005, o BI, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Cabo-verdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 euros, para apoio a projetos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 3,36%. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o Banco tinha um saldo de 197.871 euros e 296.803 euros (mCve. 21.818 e mCve. 32.727), respetivamente.

No Exercício de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a linha de crédito

encontrava-se utilizada em mCve. 15.789 e mCve 20.716, respetivamente.

14. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valor	
	2018	2017
Depósitos de poupança:		
· Poupança jovem	173 090	165 742
Depósitos à ordem		
· De residentes	7 781 370	8 083 586
· De não residentes	2 416 989	1 620 066
· De emigrantes	884 385	812 217
	<u>11 082 744</u>	<u>10 515 869</u>
Depósitos a prazo		
· De residentes	5 054 260	5 787 388
· De emigrantes	2 729 159	3 936 723
· De não residentes	1 363 188	1 993 781
	<u>9 146 607</u>	<u>11 717 892</u>
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
· Obrigações do Tesouro	-	-
Outros débitos		
· Cheques e ordens a pagar	47 172	8 461
	<u>20 449 614</u>	<u>22 407 964</u>
Juros a pagar	64 131	121 070
	<u>20 513 745</u>	<u>22 529 034</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

15. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencida juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusive):
 - Taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
 - Taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018.
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 08 de Julho de 2018, foram amortizadas as obrigações em mCve 500.000, conforme o estabelecido em Julho de 2009.

	2018	2017
Passivos subordinados		
. Capital	-	500 000
. Juros	-	15 245
. Comissões diferidas	-	(30)
	-	515 214

16. PROVISÕES

No exercício de 2018, as imparidades para as Garantias e Compromissos Assumidos foram reclassificados para Provisões Garantias e Compromissos Assumidos. Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo ascendeu ao valor de mCve 9.291, Sendo provisões para Garantias Prestadas o valor de mCve 9.288 e Provisões para Créditos Documentários mCve 2.

O saldo da rubrica de Provisões para Processos em Judiciais, que transita de exercícios anteriores, compreende uma provisão constituída em 31 de Dezembro de 2014 referente a um processo de um imóvel denominado “Habitação na Praia” uma vez que se encontra a decorrer um processo judicial onde foi solicitada a nulidade do acordo de dação em cumprimento. Em virtude da inexistência de jurisprudência relativamente a situações de natureza idêntica foi entendimento do Conselho de Administração do Banco proceder à constituição de uma provisão de 50% do valor do imóvel líquido de imparidade, no montante de mCve. 5.733.

	2018				
	Saldos em 31/12/2017	Dotações líquidas em resultados	Transferências	Saldos em 31/12/2018	Recuperações de imparidade
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	-	28 900	44 221	9 291	(63 831)
Provisões - Processos judiciais	5 733	0	-	5 733	

17. IMPARIDADE/PROVISÕES

O movimento na imparidade/provisões do Banco durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018						31/12/2018
	Saldos em 31/12/2017	Ajustamento IFRS 9	Dotações líquidas em resultados	Recuperações de imparidade	Utilizações	Transferências	
Imparidade							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1 288 520	70 326	1 542 963	(1 153 727)	(394 052)	(44 221)	1 309 810
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	11 891	-	-	-	-	-	11 891
	1 300 411	70 326	1 542 963	(1 153 727)	(394 052)	(44 221)	1 321 700
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 8)	72 010	-	-	-	-	-	72 010
Imparidade de outros ativos (Nota 12)	13 666	-	-	-	(1 953)	-	11 714
Imparidade de Ativo recebido em recuperação de crédito próprio (Nota 12)	179 831	-	16 766	-	(117 903)	-	78 693
Provisões Garantia e Compromissos Assumidos	-	-	28 900	(63 831)	-	44 221	9 291
Provisões processos judiciais	5 733	-	-	-	-	-	5 733
	271 240		45 666	(63 831)	(119 856)	44 221	177 441
	1 571 651	70 326	1 588 629	(1 217 559)	(513 907)	-	1 499 141

	2017				Saldos em 31/12/2017
	Saldos em 31/12/2016	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Transferências	
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	1 288 910	211 397	(211 786)	-	1 288 520
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	11 891	-	-	-	11 891
	1 300 800	211 397	(211 786)	-	1 300 411
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 8)	62 588	9 422	-	-	72 010
Imparidade de outros ativos (Nota 12)	11 975	1 691	-	-	13 666
Imparidade de Ativo recebido em recuperação de crédito próprio (Nota 12)	136 189	43 641	-	-	179 831
	210 753	54 754	-	-	265 507
	1 511 553	266 151	(211 786)	-	1 565 917

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	1 034	1 015
Sector Público Administrativo		
· Retenção de impostos na fonte	13 607	12 667
· Previdência social	3 184	3 491
· Imposto sobre o valor acrescentado	136	553
Recursos diversos		
· Conta caução	7 808	8 511
Cobrança por conta de terceiros	121	119
	25 890	26 356
Encargos a pagar		
Custos administrativos	20 524	24 279
Férias por gozar	12 728	11 171
Subsídio de férias	6 642	7 009
Outras Rendas	-	-
Assistencia Médica - Consultas	50	50
Contribuição para Fundo de Garantia	1 160	
	41 104	42 509
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	3 295	6 409
Anuidades de cartões	6 283	7 779
De créditos documentários	-	1 899
Outros	338	338
	9 917	16 425
Outras contas de regularização		
Cartões VISA	1 189	2 340
Cheques devolvidos	2 242	2 242
ATM - Multibanco	9 066	52 772
Compensação - Transferências Interbancárias	44 051	216 914
Outras	-	148 443
	56 547	422 710
	133 459	508 000

A diminuição verificada na rubrica “Compensação – Transferências Interbancárias”, justifica-se pela redução de volume das transferências interbancárias efetuadas no último dia do ano de 2018, em comparação com o ano de 2017. E nas outras, em 2017, inclui aos movimentos em trânsitos em 31-12-2018 e que foram regularizados em início de Janeiro de 2019.

19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o capital do Banco estava representado por 100.000 ações, com o valor nominal de mCve. 10 cada, ascendendo ao valor global de mCve.1.000.000, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

Capital em 31-12-2018

Entidade	Número de ações	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70 000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11 687	11,69%
Adega, S.A.R.L.	6 732	6,73%
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5 089	5,09%
Outros	6 492	6,49%
	100 000	100,00%

Capital em 31-12-2017

Entidade	Número de ações	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70 000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11 687	11,69%
Adega, S.A.R.L.	6 732	6,73%
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5 089	5,09%
Outros	6 492	6,49%
	100 000	100,00%

20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Prémios de emissão	388	388
Reservas de justo valor		
. De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	38 377	32 542
. De impostos diferidos (Nota 12)	(9 786)	(8 298)
Outros		-
	28 591	24 244
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	151 093	145 665
. Outras reservas	633 312	730 854
. Resultados transitados	(52 385)	(146 396)
	732 020	730 122
Resultado do exercício	165 826	54 284
	926 826	809 037

Reserva Legal e Outras Reservas

As variações das rubricas de Reserva Legal e Outras Reservas compreendem a aplicação do resultado líquido do exercício de 2018.

Reservas de justo valor

Refletem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta

reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Resultados transitados

No exercício de 2018, foram utilizadas outras reservas para cobrir os resultados da transição da contabilidade no valor de mCve 146.396. Também foi registado nesta rubrica o ajustamento com a implementação de IFRS 9 no valor de mCve 52.385.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	757 727	790 218
. Crédito vencido	47 039	169 434
. Crédito ao exterior	47 213	51 216
. Crédito ao pessoal	9 703	9 355
. Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	202 729	198 311
. Bilhetes do Tesouro	-	-
De outros residentes	20 838	24 239
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	2 137	7 320
. No estrangeiro	711	4 915
Juros de disponibilidades	-	-
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	34 700	36 362
	1 122 795	1 291 370

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	4 347	4 842
De residentes	-	19 154
De não residentes	-	-
. Depósitos a prazo		
De residentes	104 963	231 187
De emigrantes	75 113	172 603
De não residentes	35 768	75 579
Juros de passivos subordinados	16 630	31 875
Juros de empréstimos		
. Do Banco de Cabo Verde		
. De residentes	5 193	10 390
. De não residentes	1 467	1 857
Juros de credores e outros recursos		
. Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22)		
Obrigações do Tesouro	-	5 089
Bilhetes do Tesouro	-	-
Outros juros e encargos similares	3 845	13 132
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	57	373
	<u>247 383</u>	<u>566 081</u>

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	3 175	4 645
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1 294	1 294
. VISA International Service Association	142	123
. Enacol - Empresa nacional de Combustíveis S.A.	-	-
	<u>4 610</u>	<u>6 062</u>

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações sobre instrumentos financeiros	60 499	44 527
Por serviços prestados		
. Comissões de anuidades de cartões	51 334	37 518
. Comissões na emissão de cheques	15 749	15 742
	<u>67 082</u>	<u>53 259</u>
Por garantias prestadas		
. Garantias e avales	25 280	33 287
. Créditos documentários	2 573	67
	<u>27 853</u>	<u>33 354</u>
Outras comissões	4 685	8 776
	<u>160 120</u>	<u>139 916</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas		
. Créditos documentários abertos	33 412	205
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	21 462	18 505
. Outras comissões	13 421	12 396
	<u>34 883</u>	<u>30 901</u>
	<u>68 295</u>	<u>31 106</u>

25. RESULTADOS DE REAVIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018			2017		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	30 697	(2 611)	28 086	43 233	(3 926)	39 307
Resultados em notas e moedas	18 357	(3 716)	14 641	18 803	(4 515)	14 288
	<u>49 055</u>	<u>(6 328)</u>	<u>42 727</u>	<u>62 036</u>	<u>(8 441)</u>	<u>53 595</u>

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de imóveis registados em Outros Activos e outros activos tangíveis:

	2018	2017
Outros Activos	4 431	(953)
Activos Tangíveis	556	861
	4 988	(92)

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2018	2017
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos:		
· Taxa de serviço	24 699	38 410
· Cartões de crédito	13 865	16 999
· Outros	16 749	9 444
Ganhos na alienação de imóveis recebidos em dação		
Reembolso de despesas	34	72
Recuperação de crédito	54 361	-
Outros	4 273	4 202
	113 981	69 128
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(11 909)	(10 626)
Donativos e quotizações	(2 085)	(1 171)
Contrib. Fundo de Garantia	(2 152)	-
Outros	(28 495)	(13 978)
	(44 642)	(25 776)
	69 339	43 352

Em 2018 e 2017, a rubrica “Outros custos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 23.438 e mCve. 12.344, respetivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efetuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respetivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos – outros”.

Em 2018, o valor da recuperação do crédito abatido ao ativo, foi reclassificado como outros Proveitos de Exploração.

28. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações dos empregados	198 184	198 329
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	28 915	29 040
Encargos sociais obrigatórios	27 000	26 585
Indemnizações contratuais	2 554	
Outros	4 400	2 391
	261 053	256 345

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2018	2017
Direção	1	2
Coordenadores	11	10
Responsáveis / Gerentes	25	27
Administrativos	92	99
Auxiliares	4	4
Estagiários	9	3
	142	145

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os números apresentados acima incluíam 36 e 41, respetivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Serviços especializados		
· Serviços de informática	48 068	64 825
· Serviços especializados - SISP	33 553	33 498
· Segurança e vigilância	19 012	22 730
· Honorários	3 348	2 658
· Serviços de limpeza	7 574	7 510
· Assessoria	3 432	2 998
· Consultoria	2 850	15 349
· Serviços de auditoria	2 722	6 401
· Serviços de manutenção	-	-
· Outros serviços especializados	13 629	18 557
Rendas e alugueres	32 078	29 465
Água, energia e combustíveis	20 541	20 895
Publicidade e edição de publicações	7 353	11 586
Comunicações e despesas de expedição	14 531	17 248
Impressos e material de consumo corrente	11 750	13 817
Transportes	13 433	13 367
Seguros	14 050	14 575
Deslocações, estadas e representação	7 327	6 685
Conservação e reparação	4 516	11 740
Formação de pessoal	3 317	4 200
Outros	1 175	970
	<u>264 257</u>	<u>319 076</u>

30. RESULTADO POR ACÇÃO

	2018	2017
Resultado após imposto	165 826	54 284
Número de acções	100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	<u>1 658</u>	<u>543</u>

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2018	2017
Passivos eventuais		
· Garantias e avales prestados	1 174 707	1 784 749
· Créditos documentários abertos	2 537	19 936
	<u>1 177 244</u>	<u>1 804 685</u>
Depósito e guarda de valores	4 685 411	4 656 392
	<u>5 862 655</u>	<u>6 461 077</u>

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos

junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;

- **Banca de retalho** – Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2018			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	239 692	609 010	328 454	1 177 156
Juros e encargos similares	(27 191)	(103 406)	(116 786)	(247 383)
MARGEM FINANCEIRA	212 501	505 604	211 668	929 773
Rendimentos de instrumentos de capital	4 610	-	-	4 610
Rendimentos com serviços e comissões	51 641	66 822	41 657	160 120
Encargos com serviços e comissões	(34 876)	(15 694)	(17 725)	(68 295)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	27 757	14 970	42 727
Resultados de alienação de outros ativos	4 988	-	-	4 988
Outros resultados de exploração	-	7 034	7 944	14 978
PRODUTO BANCÁRIO	238 863	591 524	258 514	1 088 901
Outros custos e proveitos				(923 075)
Resultado líquido do exercício				165 826
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 488 467	-	-	1 488 467
Disponibilidades em outras instituições de crédito	398 176	-	-	398 176
Ativos financeiros disponíveis para venda	291 957	-	-	291 957
Aplicações em instituições de crédito	2 096 593	-	-	2 096 593
Títulos de dívida pública	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	11 328 028	6 190 384	17 518 413
Recursos de outras instituições de crédito	189 012	-	-	189 012
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9 633 588	10 880 157	20 513 745
Outros passivos subordinados	-	-	-	-

	2017			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	247 347	726 568	317 454	1 291 370
Juros e encargos similares	(57 627)	(225 387)	(283 067)	(566 081)
MARGEM FINANCEIRA	189 721	501 181	34 387	725 289
Rendimentos de instrumentos de capital	6 062			6 062
Rendimentos com serviços e comissões	38 112	62 459	39 345	139 916
Encargos com serviços e comissões	(30 809)	(132)	(165)	(31 106)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	(77)			(77)
Resultados de reavaliação cambial		37 299	16 297	53 595
Resultados de alienação de outros ativos	(92)			(92)
Outros resultados de exploração		19 217	24 135	43 352
PRODUTO BANCÁRIO	202 917	620 024	113 999	936 939
Outros custos e proveitos				(882 656)
Resultado líquido do exercício				54 284
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 663 292			2 663 292
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 247 658			1 247 658
Ativos financeiros disponíveis para venda	286 122			286 122
Aplicações em instituições de crédito	2 808 816			2 808 816
Crédito a clientes		12 210 077	5 334 864	17 544 940
Recursos de outras instituições de crédito	389 072			389 072
Recursos de clientes e outros empréstimos		9 984 698	12 544 337	22 529 034
Outros passivos subordinados	515 214			515 214

sociais:

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos

	2018				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	SISP
Ativos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	311 452	6 892	1 259	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	243 955	15 307	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	(10 011)	(1 880)	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	87 306
Outros ativos	267	-	-	-	1 764
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	(15 810)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(77)	(89 916)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros Passivos	-	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	33	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	3 175	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	51 334
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(26 504)
Gastos:					
Juros e encargos similares	(0)	(507)	-	(1 007)	-
Encargos com serviços e comissões	(34 470)	-	-	-	2 220
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	(33 553)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-

	2017				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	SISP
Ativos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	753 768	55 278	2 290	-	-
Aplicações em instituições de crédito	90 031	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	243 955	15 307	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	(10 011)	(1 880)	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	70 768
Outros ativos	133	-	-	-	1 733
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	(10)	(20 716)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(7 421)	(76 245)
Outros passivos subordinados	-	-	-	(31 890)	-
Outros Passivos	-	-	-	-	(2 841)
Extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	12	-	60	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	4 645	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	4 238
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	12 866
Gastos:					
Juros e encargos similares	(0)	(526)	-	(2 095)	-
Encargos com serviços e comissões	(1 072)	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	(33 498)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2018, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam os mCve. 26.112 (2017: mCve. 29.780).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia os mCve. 10.574 e mCve. 9.999, respetivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

IFRS 15 rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Rédito e as Interpretações relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exceções, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente.

A IFRS 15 requer que o órgão de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obtenção de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulgações mais extensas.

De acordo com este método, a norma pode ser aplicada, na data de aplicação inicial, a todos os contratos ou apenas aos contratos que não estejam concluídos nessa data. O Grupo optou por aplicar a norma a todos os contratos/aplicar aos contratos que não estavam concluídos em 1 de janeiro de 2018.

O efeito cumulativo da aplicação inicial da IFRS 15 foi reconhecido, na data da

aplicação inicial, como um ajustamento aos resultados transitados da demonstração da posição financeira de abertura. Consequentemente, a informação comparativa não foi reexpressa e continua a ser reportada de acordo com a IAS 11, a IAS 18 e demais Interpretações relacionadas.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros veio substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 e juntou os três aspetos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura.

O BI aplicou a IFRS 9 prospectivamente com data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018. O BI não reexpressou a informação comparativa a qual continua a ser reportada de acordo com a IAS 39. As diferenças decorrentes da adoção da IFRS 9 foram reconhecidas diretamente em resultados transitados e em outras componentes de capital próprio.

Os efeitos da adoção da IFRS 9 por referência a 1 de janeiro de 2018 foram os seguintes:

	Nota	Aumento / (diminuição)
Ativos		
Contas a receber - Imparidade	(a)	70 326
Imposto Diferidos	(b)	-17 933
Total do ativo		52 393
Ajustamento total em capital próprio		
Resultados transitados	(a), (b)	52 393
		52 393

A natureza dos ajustamentos está descrita da seguinte maneira:

(a) Classificação e mensuração

De acordo com a IFRS 9, os instrumentos de dívida podem ser subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados, ao custo amortizado ou ao justo

valor através de outro rendimento integral. A classificação é determinada em função do modelo de negócio do Grupo para gerir os ativos financeiros e se os fluxos de caixa contratuais do instrumento de dívida representam, ou não, apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

A avaliação do modelo de negócio do BI foi efetuada à data de aplicação inicial, em 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros foi efetuada com base nos factos e circunstâncias existentes à data de reconhecimento dos ativos.

Os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não tiveram Impacto no BI. O BI continua a mensurar ao justo valor todos os ativos financeiros anteriormente reconhecidos pelo justo valor de acordo com a IAS 39. Não registou as alterações a nível da classificação dos ativos.

O BI, em resultado destas alterações na classificação dos investimentos em instrumentos de capital próprio de empresas cotadas, a reserva relativa ao justo valor de ativos detidos para venda no valor de 11.000€, que estava incluída em “NOME DA RUBRICA de Rendimento integral”, foi reclassificada para “Resultados transitados” em 1 de janeiro de 2018. O valor remanescente desta reserva, de 2.000€, foi reclassificado para a “Reserva de justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”.

O BI não designou nenhum passivo financeiro ao justo valor através de resultados. Não houve qualquer alteração na classificação e mensuração dos passivos financeiros do BI.

(b) Imparidade

A adoção da IFRS 9 levou a uma alteração de fundo na forma com o Grupo contabiliza as suas perdas por imparidade de ativos financeiros, substituindo a abordagem da IAS 39 de “perda incorrida” por uma abordagem prospetiva de perda de crédito esperada (conhecida por “Expected Credit Loss” ou “ECL”). A IFRS 9 requer que o BI reconheça uma perda por imparidade para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida que não estejam mensurados ao justo valor através de resultados e para todos os ativos de contratos com clientes (decorrentes da aplicação da IFRS 15).

Na data da adoção da IFRS 9, em 1 de janeiro de 2018, o BI reconheceu perdas por imparidade adicionais relativas às “Contas a receber” de milCve 70.329, o que resultou numa diminuição dos resultados transitados 52.328. As perdas por imparidade não diminuem o valor dos instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral na demonstração da posição financeira, o qual permanece ao justo valor. O ajustamento por imparidade no valor de milCve 52.382. (líquido de imposto) foi incluído em Resultados transitados.

O quadro abaixo faz a reconciliação entre o saldo final das perdas por imparidade de acordo com a IAS 39 e o saldo de abertura das perdas por imparidade de acordo com a IFRS 9:

	Imparidade de acordo com a IAS 39 em 31/12/17	Remensuração	ECL de acordo com a IFRS 9 em 01-01-2018
Empréstimos e contas a receber de acordo com a IAS 39 / Ativos financeiros ao custo amortizado de acordo com a IFRS 9 e Ativos de contratos	1 277 923	70 316	1 348 239
	1 277 923	70 316	1 348 239

(c) Contabilidade de cobertura

Na data da aplicação inicial, todas as relações de cobertura do Grupo eram elegíveis para serem tratadas como relações de cobertura. Antes da adoção da IFRS 9, o BI designou a alteração no justo valor dos contratos *forward* na sua relação de cobertura de fluxos de caixa. Com a adoção dos requisitos de contabilidade de cobertura da IFRS 9, o Grupo designou apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumentos de cobertura. O elemento à vista é reconhecido em Rendimento integral e acumulado como uma componente separada de capital dentro da “Reserva de custos de cobertura”.

De acordo com a IAS 39, todos os ganhos e perdas do BI resultantes de coberturas de fluxos de caixa eram elegíveis para serem subsequentemente reclassificados para resultados. Contudo, de acordo com a IFRS 9, os ganhos e perdas resultantes de coberturas de fluxos de caixa relativos a compras futuras de ativos não financeiros têm de ser incorporados no valor de reconhecimento inicial desse ativo não financeiro.

Esta alteração apenas tem aplicação prospetiva desde a data de aplicação inicial da IFRS 9 e não tem impacto na demonstração da posição financeira em 1 de janeiro de 2018.

(d) Outros ajustamentos

Adicionalmente aos ajustamentos descritos anteriormente, outras rubricas da demonstrações financeiras foram ajustadas quando necessário, nomeadamente os impostos diferidos, os investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos (decorrentes de instrumentos financeiros detidos por estas entidades) e os interesses que não controlam, por contrapartida de Resultados transitados em 1 de janeiro de 2018.

Por determinação do BCV de 22 de Maio de 2019, o Banco procedeu a um ajustamento extraordinário de CVE 150.000 nas suas imparidades de crédito (aumento) e deverá apresentar um plano de reforço de provisões regulamentares até 20 de Julho de 2019, considerando que, tal como evidenciado no Relatório de Provisões do Auditor Externo, sem a aplicação das provisões requeridas pelo BCV em Março de 2015 para um conjunto de operações e consistentemente aplicada desde então, se verifica existir uma insuficiência de provisões face à aplicação integral do Aviso 4/2006 do BCV de CVE 838.983.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Em 2016, foi criada a Comissão de Gestão dos Riscos e implementado um *tableau* de acompanhamento trimestral, presidido por um Administrador não Executivo e com reporte regular ao Conselho de Administração. Em 2018, o reporte passou a ser mensal. Adicionalmente foram aprovadas um conjunto de Políticas de Risco e de *Guidelines*.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1

Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública, por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas e pela implementação progressiva, em novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspetos que o Banco tem implementado:

- Realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco de taxas de juros de operações ativas e outras que se encontram no nosso *pipeline*, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- Aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objetivos referidas na linha anterior.
- A base para coberturas ativas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos ativos ou passivos;
- Os contractos de crédito preveem possibilidade de alteração de taxas de juro sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;
- Realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco de taxas de juros de operações ativas e outras que se encontram no nosso *pipeline*, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- Aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objetivos referidas na linha anterior.

Risco de crédito

Para monitorizar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Riscos (GGR), o qual é também responsável por efetuar a avaliação do risco de crédito, e reporta

diretamente ao Presidente da Comissão Executiva.

Tem como objetivos, a gestão de risco de crédito e concentração de crédito, informa a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O Gabinete de Risco de Crédito (GRC) emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, a Unidade de Recuperação de Crédito (URC), apresenta o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em ações e títulos de rendimento fixo.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2018			
	Exposição Ativo	Imparidade	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades	398 176	-	-	398 176
Aplicações em instituições de crédito	2 029 762	-	-	2 029 762
Crédito a clientes	18 894 962	1 309 810	14 182 565	3 402 587
Outros Activos	2 042 569	162 417	-	1 880 153
	23 365 468	1 472 226	14 182 565	7 710 677
Garantias e avales	1 174 707	-	1 174 707	-
Créditos documentários abertos	2 537	2	2 537	(2)
	1 177 244	2	1 177 244	(2)
Exposição máxima	24 542 713	1 472 229	15 359 809	7 710 675

	2017			
	Exposição Ativo	Imparidade	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades	3 823 306	-	-	3 823 306
Aplicações em instituições de crédito	2 808 816	-	-	2 808 816
Crédito a clientes	18 833 460	1 186 368	15 486 692	2 160 401
Outros Activos	814 061	193 497	-	620 564
	26 279 644	1 379 865	15 486 692	9 413 087
Garantias e avales	1 784 749	-	1 784 749	-
Créditos documentários abertos	19 936	102 152	19 936	(102 152)
	1 804 685	102 152	1 804 685	(102 152)
Exposição máxima	28 084 329	1 482 017	17 291 376	9 310 935

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2018			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	4 778 831	376 338	506 126	5 661 296
Vencido	1 283	9 700	1 876 087	1 887 069
	4 780 114	386 038	2 382 213	7 548 365
Crédito à habitação				
Vincendo	3 636 786	125 581	11 914	3 774 281
Vencido	1 004	20 752	93 091	114 847
	3 637 790	146 333	105 005	3 889 128
Outros créditos				
Vincendo	2 080 183	159 539	32 250	2 271 973
Vencido	576	11 197	304 091	315 865
	2 080 759	170 737	336 342	2 587 837
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	318 705	-	-	318 705
Vencido	-	-	-	-
	318 705	-	-	318 705
Total crédito vincendo	10 814 506	661 459	550 290	12 026 255
Total crédito vencido	2 863	41 649	2 273 269	2 317 781
Total de crédito	10 817 369	703 108	2 823 560	14 344 036
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1 177 244	7 987	464	1 804 685

	Qualidade Crédito				
	2018				
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual	5 171 404	3 721 360	2 356 064	296 712	11 545 539
Sem vencido com imparidade individual	491 547	0	0	0	491 547
Com vencido mas sem imparidade individual	623 877	116 833	99 781	0	840 491
Inferior a 30 dias	33 739	0	4 354	0	38 093
30 a 90 dias	38 140	21 680	13 151	0	72 971
91 a 180 dias	47 366	19 002	8 222	0	74 589
181 a 360 dias	15 738	11 167	23 916	0	50 821
superior a 360 dias	488 892	64 985	50 139	0	604 016
Créditos com imparidade individual	1 313 117	0	221 481	0	1 534 598
Inferior a 30 dias	0	0	0	0	0
30 a 90 dias	0	0	0	0	0
91 a 180 dias	302	0	0	0	302
181 a 360 dias	168 476	0	0	0	168 476
superior a 360 dias	1 144 339	0	221 481	0	1 365 821
Total	7 599 944	3 838 193	2 677 327	296 712	14 412 175

	2017		
	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito a empresas			
Vincendo	-	392 096	6 510 284
Vencido	3 241	2 067 435	2 070 684
	3 241	2 459 531	8 580 968
Crédito à habitação			
Vincendo	-	1 629	3 068 871
Vencido	16 323	146 852	163 175
	16 323	148 481	3 232 046
Outros créditos			
Vincendo	1 300	54 767	2 012 102
Vencido	5 177	365 016	374 845
	6 478	419 783	2 386 947
Crédito ao Sector Público			
Vincendo	-	-	496 827
Vencido	-	-	-
	-	-	496 827
Total crédito vincendo	1 300	448 493	12 088 085
Total crédito vencido	24 742	2 579 302	2 608 704
Total de crédito	26 042	3 027 795	14 696 789
Extrapatrimoniais			
Garantias e créditos documentários a empresas			
Vincendo	1 804 685	-	1 804 685

	2017				Total
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	
Sem vencido nem imparidade individual	6 121 474	3 063 121	1 907 940	496 848	11 589 384
Sem vencido com imparidade individual	388 790	5 750	104 162	0	498 701
Com vencido mas sem imparidade individual	227 244	163 175	200 860	0	591 279
Inferior a 30 dias	3 771	0	8 622	0	12 393
30 a 90 dias	3 249	16 323	5 195	0	24 768
91 a 180 dias	44 746	7 616	6 646	0	59 009
181 a 360 dias	33 640	15 135	46 450	0	95 225
superior a 360 dias	141 838	124 100	133 946	0	399 885
Créditos com imparidade individual	1 843 440	0	173 985	0	2 017 425
Inferior a 30 dias	6 504	0	2 024	0	8 528
30 a 90 dias	29	0	42 057	0	42 086
91 a 180 dias	0	0	51 585	0	51 585
181 a 360 dias	0	0	151	0	151
superior a 360 dias	1 836 907	0	78 169	0	1 915 076
Total	8 580 948	3 232 046	2 386 947	496 848	14 696 789

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
 - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias.

Stage 1 - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o

reconhecimento inicial;

Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em *default*).

- Créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição “Créditos em *default*” na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 2.045.153 (mCve. 3.457.659 em 31 de Dezembro de 2017), ascendendo a imparidade a mCve. 603.427 (mCve. 879.100 em 31 de Dezembro de 2017). Conforme descrito na Nota 2.2. c) ii) os créditos objeto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise coletiva.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2018			2017		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	12 506	134 165	146 671	85 378	167 296	204 786
Particulares	69 268	19 477	88 744	47 165	91 889	187 585
	81 773	153 642	235 415	132 543	259 185	392 371

Justo valor

O justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor do Banco é como se segue:

	2018			
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activos financeiros disponíveis para venda				
<i>Acções</i>	34 491	-	233 944	268 435
				-
Activos financeiros	34 491	-	233 944	268 435

	2017			
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Activos financeiros disponíveis para venda				
<i>Acções</i>	28 656	-	233 944	262 600
				-
Activos financeiros	28 656	-	233 944	262 600

No exercício de 2018 não se registaram quaisquer entradas, saídas ou variação de justo valor na carteira de activos financeiros mensurados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 9.

As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na IFRS 9.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa independente, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na IFRS 9.

Análise Sensibilidade 2018							
(mil contos)							
Activos classificados no Nível 3	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Cenário Desfavorável		Cenário Favorável	
				Variação	Impacto	Variação	Impacto
Activos financeiros disponíveis para venda							
Acções							
Banco Comercial do Atlântico	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto	243 955,0	-50%	148 569	+50%	392 524
Total			243 955,0	-	148 569		392 524

* taxa de 10,9% segundo avaliação

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

	2018				
	Justo Valor				
	Activos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo valor total
			(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 488 467	-	1 488 467	-	1 488 467
Disponibilidades em outras instituições de crédito	398 176	-	398 176	-	398 176
Ativos financeiros disponíveis para venda (a)	291 957	-	-	291 957	291 957
Aplicações em instituições de crédito	2 096 593	-	2 096 593	-	2 096 593
Crédito a clientes	17 518 413	-	-	17 009 729	17 009 729
Outros ativos (imóveis)	375 145	-	375 145	-	375 145
	22 168 750	-	4 358 380	17 301 686	21 660 066
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	189 012	-	-	188 826	188 826
Recursos de clientes e outros empréstimos	20 513 745	-	-	20 280 373	20 280 373
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
	20 702 757	-	-	20 469 199	20 469 199

a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

	2017				
	Justo Valor				
	Activos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Justo valor total
			(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 663 292	-	2 663 292	-	2 663 292
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 247 658	-	1 247 658	-	1 247 658
Ativos financeiros disponíveis para venda (a)	23 522	-	-	23 522	23 522
Aplicações em instituições de crédito	2 808 816	-	2 808 816	-	2 808 816
Crédito a clientes	17 544 940	-	-	17 195 338	17 195 338
Outros activos (imóveis)	574 137	-	574 137	-	574 137
	24 862 365	-	7 293 903	17 218 860	24 512 763
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	389 072	-	-	387 310	387 310
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 529 034	-	-	26 375 573	26 375 573
Outros passivos subordinados	515 214	-	-	515 214	515 214
	23 433 320	-	-	27 278 098	27 278 098

a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points” (bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2018					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1 347 630	559 933	258 465	(224 311)	(420 974)	(749 874)
Total ativo sensível	1 347 630	559 933	258 465	(224 311)	(420 974)	(749 874)

	2017					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	754 885	312 867	144 264	(124 986)	(234 407)	(417 092)
Total ativo sensível	754 885	312 867	144 264	(124 986)	(234 407)	(417 092)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2018	(96 116)	(48 058)	(24 029)	24 029	48 058	96 116
Exercício de 2017	(53 475)	(26 738)	(13 369)	13 369	26 738	53 475

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o *spread* médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2018				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 009 368	447 977	12 064	19 058	1 488 467
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49 584	293 308	34 220	21 063	398 175
Activos financeiros disponíveis para venda	291 957	-	-	-	291 957
Aplicações em instituições de crédito	2 066 713	-	29 880	-	2 096 593
Crédito a clientes (líquido)	16 571 997	946 415	-	-	17 518 413
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	87 306	-	-	-	87 306
Outros activos	908 246	-	-	-	908 246
	20 985 172	1 687 701	76 163	40 121	22 789 157
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(61 411)	(115 586)	(12 016)	-	(189 012)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20 001 935)	(406 042)	(82 840)	(22 929)	(20 513 745)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(174 940)	-	-	-	(174 940)
	(20 238 286)	(521 627)	(94 856)	(22 929)	(20 877 697)
Exposição líquida	746 887	1 166 073	(18 692)	17 192	1 911 460

	2017				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 936 802	687 954	9 655	28 881	2 663 292
Disponibilidades em outras instituições de crédito	389 230	809 781	34 742	13 905	1 247 658
Activos financeiros disponíveis para venda	286 122	-	-	-	286 122
Aplicações em instituições de crédito	2 700 000	90 043	18 772	-	2 808 816
Crédito a clientes (líquido)	16 270 528	1 274 413	-	-	17 544 940
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	70 768	-	-	-	70 768
Outros activos	1 144 757	-	-	-	1 144 757
	22 798 206	2 862 192	63 170	42 786	25 766 353
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(267 343)	(113 281)	(8 448)	-	(389 072)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(22 003 673)	(450 446)	(52 028)	(22 887)	(22 529 034)
Outros passivos subordinados	(515 214)	-	-	-	(515 214)
Outros passivos	(523 995)	-	-	-	(523 995)
	(23 310 225)	(563 727)	(60 476)	(22 887)	(23 957 316)
Exposição líquida	(512 019)	2 298 465	2 693	19 898	1 809 038

Tendo em conta a paridade fixa entre o Escudo Cabo-Verdiano e o Euro, o risco cambial está associado essencialmente aos saldos registados em Dólares Norte Americanos (USD).

No quadro seguinte é apresentado o efeito nos activos e passivos expressos em USD para os exercícios de 2018 e 2017, respetivamente, de uma variação nas taxas de câmbio de 15%, 10% e 2%:

	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2018	Contravalor em Milhares CVE	Análise Sensibilidade 2018					
				-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	125 318	96,268	12 064 113	(1 809 617)	(1 206 411)	(241 282)	241 282	1 206 411	1 809 617
Disponibilidades em outras instituições de crédito	355 461	96,268	34 219 523	(5 132 929)	(3 421 952)	(684 390)	684 390	3 421 952	5 132 929
Aplicações em instituições de crédito	310 378	96,268	29 879 515	(4 481 927)	(2 987 951)	(597 590)	597 590	2 987 951	4 481 927
			76 163 151	(11 424 473)	(7 616 315)	(1 523 263)	1 523 263	7 616 315	11 424 473
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	124 817	96,268	12 015 835	(1 802 375)	(1 201 583)	(240 317)	240 317	1 201 583	1 802 375
Recursos de clientes e outros empréstimos	860 512	96,268	82 839 788	(12 425 968)	(8 283 979)	(1 656 796)	1 656 796	8 283 979	12 425 968
			94 855 623	(14 228 343)	(9 485 562)	(1 897 112)	1 897 112	9 485 562	14 228 343

	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2017	Contravalor em Milhares CVE	Análise Sensibilidade 2017					
				-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	104	92,398	9 655	(1 448)	(966)	(193)	193	966	1 448
Disponibilidades em outras instituições de crédito	376	92,398	34 742	(5 211)	(3 474)	(695)	695	3 474	5 211
Aplicações em instituições de crédito	203	92,398	18 772	(2 816)	(1 877)	(375)	375	1 877	2 816
			63 170	(9 475)	(6 317)	(1 263)	1 263	6 317	9 475
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	91	92,398	8 448	(1 267)	(845)	(169)	169	845	1 267
Recursos de clientes e outros empréstimos	563	92,398	52 028	(7 804)	(5 203)	(1 041)	1 041	5 203	7 804
			60 476	(9 071)	(6 048)	(1 210)	1 210	6 048	9 071

35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 62/VIII/2014 e Lei nº 61/VIII/2014 de 23 de Abril, a qual define os princípios orientadores e o quadro normativo de referência para o sistema financeiro. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afeto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- O aviso nº 3/2015, de 12 de Maio de 2015, BO nº 25, define obrigatoriedade de

um Capital Social mínimo de 800 milhões de Escudos de Cabo Verde, Bancos de autorização genérica;

- No Aviso nº 1/2017, de 09 de Fevereiro, determina que em matéria de fundos próprios, as instituições financeiras devem assegurar um rácio de adequação de fundos próprios totais, enquanto um dos indicadores de solvabilidade, no nível não inferior a 12%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afetarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ($\geq 10\%$ do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, Aviso nº 1/2017 de Fevereiro de 2017, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 12%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2018 e de 2017:

Gestão do Capital	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017	Varição
Fundos Próprios de Base	1 864 355	1 701 478	162 876
Capital Social	1 000 000	1 000 000	-
Reservas e Prémios	784 794	876 907	(92 113)
Resultado Líquido	165 826	5 428	160 398
Resultados Transitados e outros	(86 266)	(180 857)	94 591
Provisões adicionais	-	-	-
Fundos Próprios Complementares	14 295	512 122	(497 826)
Obrigações subordinadas	-	500 000	(500 000)
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	14 295	12 122	2 174
Deduções aos Fundos Próprios totais	93 958	54 629	39 330
Participações em Instituições de Crédito	93 958	54 629	39 330
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	-	-	-
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	1 784 691	2 158 972	(374 280)
Total do Ativo Ponderado	13 793 305	14 039 659	(246 354)
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017	Varição (P.P)
Rácios			
Fundos Próprios de Base	13,52%	12,12%	1,40
Fundos Próprios Complementares	0,10%	3,65%	-3,54
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,68%	-0,39%	-0,29
Rácio de Solvabilidade	12,94%	15,38%	-2,44

O banco cumpriu durante o ano de 2018 (2017), com todos os requisitos de capital imposto pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(i). **Fundos Próprios de Base:** Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (exceto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos acionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspetiva de prudência, como facto de correção.

(ii). **Fundos Próprios Complementares:** São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde. O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii). **Deduções aos Fundos Próprios:** Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela per-

centagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.

- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 fatores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adotado para as posições extrapatrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.



13

RELATÓRIO DE AUDITORIA,
E RELATÓRIO E PARECER DO
CONSELHO FISCAL



Ernst & Young
Audit & Associated - SIROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Interatlântico, S.A.R.L. (o Banco), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 22.789.157 de milhares de escudos de Cabo Verde e um total de capital próprio de 1.926.826 de milhares de escudos de Cabo Verde), incluindo um resultado líquido de 165.826 de milhares de escudos de Cabo Verde), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos descritos na nota 1.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Banco Interatlântico, S.A.R.L.
Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2018

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para Crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A conta do balanço crédito a clientes inclui imparidade acumulada que ascende a 1.309.810 milhares de escudos cabo-verdianos ("mCVE"), reconhecendo-se um impacto de 389.236 mCVE nos resultados do ano registados na linha de imparidade do crédito líquido de reversões. O valor bruto do crédito a clientes é de 14.310.381 mCVE, pelo que a imparidade acumulada representa 9,15% do valor do crédito (nota 7 e nota 17).</p> <p>O detalhe da imparidade e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras - nota 2.2, alínea c).</p> <p>A imparidade para o crédito a clientes representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco da perda esperada da carteira de crédito a clientes com referência a 31 de dezembro de 2018. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão do Banco estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes, recorreu a julgamentos de especialistas na avaliação de risco de crédito do Banco.</p> <p>Adicionalmente, desde 1 de janeiro de 2018, por via da aplicação pela primeira vez da Norma Internacional de Relato 9 – Instrumentos financeiros, a imparidade passou a refletir a perda esperada (perda incorrida em 2017). Esta norma introduz dois conceitos novos: o "aumento significativo do risco de crédito" e "previsões de condições económicas futuras". Os impactos da transição estão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras (nota 34).</p> <p>Para além da complexidade dos modelos descritos, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados que nem sempre estão disponíveis nos sistemas centrais do Banco, como sejam a informação do risco de crédito no momento da concessão, a data e o valor do primeiro incumprimento, o valor das recuperações históricas dos créditos em incumprimento. Para ultrapassar limitações que possam existir em alguns dados, por vezes o órgão de gestão recorre a expedientes práticos que aumentam os julgamentos aplicados.</p> <p>A utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos podem ter um impacto material no valor da imparidade estimada.</p>	<p>Efetuámos a identificação e avaliação do risco de auditoria que conduziu à definição da abordagem de auditoria para responder ao risco de distorção material. Esta abordagem incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos adicionais que incluíram testes aos controlos e procedimentos substantivos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testámos a eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para o crédito a clientes; ▶ Realizámos testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para o crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▶ Selecionámos uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade, para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu: a inspeção da informação com os modelos de negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação dos colaterais; inquirição dos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados; ▶ Com o apoio de especialistas em risco internos, avaliamos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade, destacando-se os seguintes procedimentos realizados: i) entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) avaliação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) análise das alterações realizadas durante o exercício de 2018 aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) numa base de amostragem, comparação dos dados utilizados no apuramento dos parâmetros de risco com informação de fonte; v) avaliação da consistência do cálculo dos parâmetros de risco ao longo do histórico analisado; vi) inquirições aos especialistas do Banco responsáveis pelos modelos e inspeção dos relatórios da auditoria interna e reguladores; e



Banco Interatlântico, S.A.R.L.
Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2018

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve e a materialidade do seu valor, consideramos este tema como matéria relevante de auditoria.	<p>vii) inspeção dos relatórios com os resultados da avaliação operacional do modelo (back-testing):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Obtivemos o entendimento e avaliamos o desenho do modelo de cálculo da perda esperada, testámos o cálculo, comparámos a informação usada no modelo, através das reconciliações preparadas pelo Banco, com a informação de fonte, avaliamos os pressupostos usados para suprir lacunas nos dados, comparámos os parâmetros usados com os resultados dos modelos de estimação, comparámos os resultados com os valores nas demonstrações financeiras; ▶ Análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Valorização por imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A rubrica de Outros ativos, tal como descrito na Nota 12, do Anexo às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2018, apresenta um montante de 375.145 mCVE, respetivamente, correspondente ao valor líquido de imparidade de ativos adquiridos em recuperação de crédito em dação.</p> <p>Periodicamente, o banco solicita a entidades independentes e registadas no Banco Central de Cabo Verde avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.</p> <p>Considerámos como matéria relevante de auditoria o processo de apuramento das perdas por imparidade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito, uma vez que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferentes das estimadas.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Realização de procedimentos de detalhe específicos para identificar imóveis com indícios de imparidade e apurar os montantes correspondentes; ▶ Realização de testes de detalhe com o objetivo de aferir sobre a propriedade dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▶ Análise dos pressupostos e julgamentos subjacentes às avaliações preparadas por avaliadores independentes dos ativos adquiridos em recuperação de crédito; ▶ Inspeção dos valores apresentados nas demonstrações financeiras para testar a sua concordância com os registos contabilísticos e às divulgações, para testar a sua plenitude face aos normativos existentes.

3/5



Banco Interatlântico, S.A.R.L.
Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2018

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios contabilísticos descritos na nota 1;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

4/5



Banco Interatlântico, S.A.R.L.
Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2018

- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública e;
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidos como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Lisboa, 18 de junho de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

António Filipe Dias da Fonseca Brás (ROC n.º 1661)
Registado na CMVM com o n.º 20161271

5/5



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2018

Exmos. Senhores Acionistas do Banco Interatlântico, SA

Relatório

Nos termos do Código das Empresas Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA (Banco), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a actividade desenvolvida em 2018, bem como o seu Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 apresentados pelo Conselho de Administração.

A actual composição do Conselho Fiscal foi eleita na Assembleia Geral de Maio de 2018, onde foi também aprovada a recomposição dos órgãos sociais para o triénio 2017/2019. A composição do Conselho Fiscal foi aprovada pelo Banco Central de Cabo Verde.

Em 27 de Setembro de 2018, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração, onde tomou conhecimento e debateu os seguintes temas: i) Exercício Orçamental para 2019; ii) Controlo Interno; iii) Relatórios de Auditoria e iv) Plano de Reuniões do Conselho.

Em 26 de Outubro de 2018, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração, onde tomou conhecimento e debateu os seguintes temas: i) Análise e aprovação da Proposta de Orçamento e Plano Estratégico; ii) Análise da Evolução do Rácio de Solvabilidade; iii) Gestão de Riscos – Ponto de situação dos normativos de origem corporativa e iii) Plano e Documentação sobre a Reunião de Colaboradores.

Em 14 de Dezembro de 2018, o Conselho Fiscal reuniu com os auditores externos e participou na reunião do Conselho de Administração, onde tomou conhecimento e debateu os seguintes temas: i) Análise da Estimativa de Encerramento de Contas de 2018 e Orçamento para 2019; e ii) Preparação do Parecer do Conselho Fiscal sobre o Orçamento.

O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável ao Orçamento de 2019 apresentado e discutido nas reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

O Presidente do Conselho Fiscal do BI reuniu com o Conselho Fiscal da CGD, no dia 19 de Dezembro de 2018, onde o Presidente do CF do BI deu a conhecer o seu trabalho e se estabeleceu um princípio de regularidade de reuniões para o futuro.

Em 11 de Fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal reuniu com os auditores externos, onde foram debatidos e esclarecidos os principais temas de auditoria e o fecho de contas de 2018. O Conselho Fiscal participou ainda, no mesmo dia, na reunião do Conselho de Administração, onde tomou conhecimento e debateu os seguintes temas: i) Decisão Estratégica da CGD; ii) Encerramento das Contas de 2018; iii) Gestão de Riscos e Controlo Interno, e iv) KPIs de Gestão.


Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária a variação dos elementos patrimoniais e a respectiva situação financeira, tendo analisado a informação contabilística facultada.

Foram também efectuadas as reuniões consideradas adequadas, nomeadamente com o Auditor Externo, para assegurar o necessário conforto ao Parecer que se emite.

Parecer

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração de Rendimento Integral e do respetivo Anexo referentes ao exercício de 2018, os quais refletem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual aborda as matérias relevantes de auditoria e que se circunscrevem às perdas por imparidade do crédito a clientes e à valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito.

Como indicadores mais relevantes da actividade do Banco em 2018, o Conselho Fiscal destaca as principais variações face ao ano de 2017:

- 
- O ativo líquido alcançou o montante de 22.789 milhares de contos, representando uma diminuição do ativo líquido em c. 11,6%, justificada essencialmente por:
 - Pela diminuição nas aplicações a curto prazo no BCV, impulsionado pela diminuição dos depósitos.
 - Diminuição do crédito vencido em c. 11%, permitindo a melhoria do rácio do crédito vencido de 17,31% para 15,79%.
 - Diminuição dos depósitos dos clientes em c. 9%, com os depósitos à ordem a aumentarem c. 5% e os depósitos a prazo a diminuírem em c. 22%. A variação deve-se, essencialmente, à revisão em baixa da remuneração dos depósitos, fixando-se abaixo dos outros *players* do mercado.
 - O rácio de transformação situou-se nos 72%, um aumento de 4,8 p.p face ao ano anterior, justificado essencialmente pela diminuição dos depósitos.
 - O produto bancário aumentou c. de 16% (+ 152 milhares de contos), justificado pela diminuição significativa dos custos financeiros (-56,3%, -318 milhares de contos), superando o efeito da diminuição dos proventos financeiros devido a menor recuperação dos juros vencidos e à diminuição da margem complementar, justificada por custos extraordinários ocorridos em 2018 para o cumprimento pontual do rácio de solvabilidade.
 - Os custos de estrutura aumentaram 8,3%, situando-se nos 575,3 milhares de contos.
 - O aumento do produto bancário permitiu a melhoria do rácio *cost-to-income*, passando de 66,96% em Dezembro de 2017 para 52,84% em Dezembro de 2018.
 - As imparidades e provisões líquidas constituídas no ano ascenderam a 372,9 milhares de contos, representando um aumento de c. de 40% face ao ano anterior e consumindo c. de 73% do Resultado Operacional de 2018.
 - O resultado líquido foi de 165,8 milhares de contos, um aumento de 111,5 milhares de contos.

O Conselho Fiscal regista que as presentes Demonstrações Financeiras incorporam um ajustamento adicional determinado pelo BCV, no montante de 150 milhares de contos, posterior à 1ª emissão de opinião deste Conselho, datada de 03 de Maio de 2019, bem como posterior à 1ª emissão de CLC do Auditor Externo, sem reservas ou ênfases e que, e por fim, o Auditor Externo emitiu nova opinião em resultado desta determinação do BCV.

Considerando o exposto no parágrafo anterior, o Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos estão conformes as Normas Internacionais de Relato Financeiro, ajustadas pela determinação do Banco Central, que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a atividade desenvolvida em 2018 e que a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

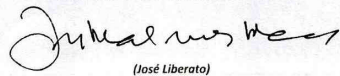
- Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018, apresentados pelo Conselho de Administração, e
- Aprove a Aplicação de resultados proposta.

O Conselho Fiscal deseja por último expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e à Auditoria Externa por toda a colaboração prestada.

O Conselho Fiscal manifesta igualmente o seu apreço pela decisão estratégica tomada pela CGD e felicita a Comissão Executiva pela forma como a tornou possível, conseguindo uma notável recuperação do Banco nos últimos exercícios.


Cidade da Praia, 17 de Junho de 2019

PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL




(José Liberato)

VOGAL DO CONSELHO FISCAL



(José Mário de Sousa)

VOGAL DO CONSELHO FISCAL



(Jaqueline Canuto)



Banco Interatlântico

Av. Cidade de Lisboa | CP 131 - A | Praia - Santiago - Cabo verde

Telefone: + (238) 260 3684 / 261 4008 | Fax: + (238) 261 4253 | E-mail: bi@bi.cv | Site: www.bi.cv